

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

KEISYANI DA SILVA SANTOS

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO
CARLOS COM BASE NA MÍDIA IMPRESSA: 1997 A 2000**

SÃO CARLOS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

KEISYANI DA SILVA SANTOS

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO
CARLOS COM BASE NA MÍDIA IMPRESSA: 1997 A 2000**

Orientadora: Enicéia Gonçalves Mendes

Coorientadora: Sabrina Mazzo D’Affonseca

Monografia apresentada à Licenciatura em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes, e coorientação da Dra. Sabrina Mazzo D’Affonseca, para a obtenção do título de graduada em Educação Especial.

SÃO CARLOS

2013

*À minha família. Meu pai Deivio Cardoso dos Santos, minha mãe
Olinda da Silva Santos e meu irmão Henderson Cardoso dos
Santos, por todo carinho, suporte e amor a mim dedicados,
principalmente, nestes quatro anos de graduação.*

AGRADECIMENTOS

E tenho muito a agradecer...

A Deus, em primeiro lugar, pelas maravilhas que fez e tem feito em minha vida.

À minha amada família. Aos meus queridos e amados pais, os quais tornaram realidade o meu sonho de cursar uma universidade pública, em meio a tantas dificuldade e barreiras enfrentadas. Pai e mãe, obrigada pelo incentivo, desde o início, da preparação do vestibular, obrigada pelos ensinamentos e princípios que levo comigo para a vida, obrigada pelo exemplo dado a cada dia, obrigada por acreditarem e investirem em mim e na minha formação, obrigada pelo suporte que me deram, não sei o que teria sido de mim sem o apoio e encorajamento de vocês, e acima de tudo, obrigada pelo amor a mim dedicado nestes 23 anos de vida. O que sou é graças a vocês, e essa conquista é nossa! Sem vocês nada disso seria possível! Ao meu querido irmão, pela paciência e companheirismo nestes anos. A minha amada Vó Ju, pelo exemplo de vida e superação.

Ao Rodrigo, sim ao Rodrigo! Digo, obrigada por todo carinho, paciência e encorajamento, pela colaboração na organização e tratamento dos dados desta pesquisa, pelas noites e finais de semana ao meu lado enquanto estudava.

À Prof. Enicéia, por lá no comecinho da graduação, ainda no primeiro ano, ter me apresentado com a bolsa de iniciação científica. Céia, sou muitíssimo grata por ter acreditado e investido em mim. Obrigada por todas as oportunidades que proporcionou e pelos conhecimentos compartilhados.

À Sabrina, a melhor coorientadora de todos os tempos! Sa, muito obrigada pela atenção, paciência e carinho, neste ano tão conturbado. Suas contribuições, acadêmicas e pessoais, foram extremamente significativas para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

À Dalila, pela parceira gratuita, por todo apoio a mim dedicado neste semestre, pelo conhecimento, angustias e alegrias acadêmicas compartilhadas.

À Prof. Maria Amélia e ao Leonardo, por aceitarem o convite de compor a banca examinadora e sem dúvidas contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

Aos professores da LEESP, em especial às queridas professoras Katia Caiado e Cristina Lacerda, pelo exemplo e conhecimentos partilhados, e a Juliane Campos, por todo apoio e incentivo.

À Beth, à Aline e à Carla, que sempre foram muito solícitas aos meus muitos pedidos. Vocês fazem a diferença, neste curso!

As flores do meu jardim, Tati, Mary e Pri, por tornar mais feliz meus dias em São Carlos e acima de tudo pela amizade, suas lindas!

...Sou e serei eterna e imensamente grata a todos vocês. Muito obrigada!

“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante.”

O Pequeno Príncipe

RESUMO

A presente pesquisa integrou a agenda do Grupo de Pesquisa e Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (GP-FOREESP/UFSCar) e esteve inserida no Observatório Nacional de Educação Especial (Oneesp). Assim, a presente pesquisa teve o objetivo de reconstruir a história da Educação Especial no município de São Carlos com base na mídia impressa, no período de 1997 a 2000. Considerando o objetivo estabelecido, foi empregada a metodologia de pesquisa historiográfica, que busca a reconstrução da história com base em fontes gráficas, sendo empregados procedimentos de análise documental. Os dados foram coletados na Biblioteca Municipal da Câmara de São Carlos e na Fundação Pró-memória, o jornal A Folha foi escolhido como fonte de dados. Foram analisadas cerca de 1.460 edições, no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2000. O procedimento de análise se deu através de duas etapas. A primeira consistiu na seleção e categorização das matérias em três sistemas de classificação, sendo eles: classificação da condição, classificação do personagem e classificação do tema, para fins de análise quantitativa e seleção das matérias direcionadas à análise qualitativa. A segunda etapa consistiu na reorganização das matérias selecionadas, relacionadas à Educação Especial municipal, realizando assim a reconstrução da história da Educação Especial em São Carlos, no período investigado. Ao todo, 181 matérias foram selecionadas e analisadas, pois se referiam às pessoas com deficiência e/ou à Educação Especial. Os resultados mostraram que em relação à condição de deficiência a deficiência física (n=59) e os termos genéricos (n=34) foram mais exploradas, em relação ao personagem o poder público local (n=53) e as associações para pessoas com deficiência (n=51) tiveram maior visibilidade, e em relação à temática as categorias de educação (n=47) e saúde (n=36). Com base na análise qualitativa, os resultados mostraram que as temáticas educação e filantropia estavam mais relacionadas com o poder público e as associações para pessoas com deficiência respectivamente. As ações do poder público local relativas à educação estiveram voltadas à formação docente frente à integração escolar, ao encaminhamento na educação pública referentes à Educação Especial e ao seu público alvo, e de identificação de alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental. As associações para pessoas com deficiência em suma, estiveram ligadas a questões relativas à filantropia, ao recebimento de verbas públicas, em caráter assistencial, e à informativos sobre aspectos educacionais e de saúde da pessoa com deficiência. Considera-se que no período analisado (1997-2000), a Educação Especial teve destaque na mídia local, com um aumento considerável das reportagens nos últimos anos. Pode-se perceber que a história da Educação Especial em São Carlos converge com a história da Educação brasileira, na qual questões relativas à filantropia e à saúde se misturam e se confundem com a área da Educação Especial, assim como a simbiose existente entre os setores público e privado, nesta área.

Palavras-chave: História da Educação Especial; Pesquisa Histórica; São Carlos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de matrículas no município de São Carlos	31
Tabela 2- Classificação da Condição.....	43
Tabela 3- Classificação do Personagem	45
Tabela 5- Classificação do Tema.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Lista de descritores utilizados para a seleção das matérias elegíveis.....	37
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Matrículas em Educação Especial por dependência de ensino no Brasil	32
Figura 2- Total de matérias analisadas	41
Figura 3- Frequência Acumulada da Condição	44
Figura 4- Frequência Acumulada da Classificação do Personagem.....	46
Figura 5- Frequência Acumulada do Tema	48
Figura 6- Frequência Absoluta- Relação entre APD, FI, PEL e ED	49
Figura 7- Linha do tempo: Panorama geral da Educação Especial no Município de São Carlos	53
Figura 8- Secretaria Municipal de educação amplia seu quadro de professores para 99	59
Figura 9- Freire pleiteia escola no Jd. Gonzaga e ensino para crianças deficientes.....	60
Figura 10-FESC participa de convênio que atende crianças com deficiência física e de aprendizagem.....	61
Figura 11-Portadores de autismo vão ter classe especial	63
Figura 12- SESC realiza simpósio de atividades físicas alternativas e adaptadas.....	64
Figura 13- Educação Especial é discutida em Fórum Municipal	65
Figura 14- Secretaria municipal de Educação Especial realiza fórum de educação especial...	65
Figura 15- Educação Especial é discutida em Fórum Municipal	66
Figura 16- Educação Especial é discutida em Fórum Municipal	67
Figura 17- 2,8 milhões de alunos farão teste de visão.....	68
Figura 18- Campanha “Quem ouve bem, Aprende melhor”	70
Figura 19- Saúde e Educação	71
Figura 20- Em São Carlos, 32 entre cada 100 alunos têm problemas de audição.....	71
Figura 21- Telefonema que vai ajudar a APAE	74
Figura 21- Telefonema que vai ajudar a APAE	75
Figura 22- Prêmio bem eficiente.	76
Figura 23- Diana aplaude entidades com prêmio Bem Eficiente.	76

Figura 24- Apae, Diga Sim!!!.....	77
Figura 25- Educação Especial	78
Figura 26- Rotary Club São Carlos recebe subsídio da Fundação Rotária para Escola Apae São Carlos.....	79
Figura 27- Santa Casa, APAE e EAPA recebem apoio da prefeitura.	80
Figura 28- Santa Casa, APAE e EAPA recebem apoio da prefeitura..	81
Figura 29- A orientação de famílias de pessoas com necessidades especiais: um enfoque no “Adulto especial”	83
Figura 30- Seminários sobre Psicologia na UFSCar	85
Figura 31- Inscrições abertas para II Curso de Extensão em Direitos Humanos na Ufscar.	86
Figura 32- FESC e Federal promovem atividades para deficientes.	87
Figura 33- Livro aborda educação especial na pós-graduação.....	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABASC- Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos

AC - Agentes da Comunidade

AC- Acessibilidade

AG- Agentes da comunidade

ACORDE - Associação de Capacitação Orientação e Desenvolvimento do Excepcional

ADD- Associação de pessoas com deficiência

ADESC - Associação dos Deficientes de São Carlos

APAE - Associação de Pais e Amigos do Excepcional

APD- Associação para pessoa com deficiência

AS- Assistência social

AU- Autismo

CADEME - Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental

CBO - Conselho Brasileiro de Oftalmologia

CEFA – Centro de Educação e Formação ao Adolescente

CENESP- Centro Nacional de Educação Especial

CESB - Campanha para Educação do Surdo Brasileiro

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNERDV - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais

CI- Ciência

CU- Cultura

DA- Deficiência auditiva

DF- Deficiência Física

DI- Deficiência Intelectual

DV- Deficiência Visual

EAPA- Entidade de Assistência e Proteção ao Aidéico

ED- Educação

EE- Educação Especial

ES- Esporte

FENAPAES - Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

FESC - Fundação Educacional de São Carlos

FI- Filantropia

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GP-FOREESP - Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial

HA- Habitação

IBC - Instituto Benjamin Constant

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

IS- Integração social

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

OF - Órgão Federal

OF- Órgão Federal

ONEESP - Observatório Nacional da Educação Especial

ONU – Organização das Nações Unidas

OU- Outros

PEL - O Poder Legislativo local

PEL- Poder executivo local

PLL- Poder legislativo local

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNUD

PPGEEs - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

PPS- Partido Popular Socialista

PRO- Profissionais

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

SA- Saúde

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SESC - Serviço Social do Comércio

SRMs - Salas de Recursos Multifuncionais

TG- Termos genéricos

TN- Transporte

TR- Trabalho

UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UP- Universidade e pesquisadores

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Marcos históricos e normativos da educação especial no Brasil.....	20
1.1.2 Panorama geral da Educação Especial na década de 1990.....	23
1.2 O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	28
1.2.1 Contextualização Histórica.....	28
1.2.2 Caracterização do município de São Carlos no período de 1997 a 2000	30
2. OBJETIVOS	33
2.1 Objetivo geral	33
2.2 Objetivos específicos.....	33
3. METODOLOGIA.....	34
3.1 Fonte de dados	35
3.2 Material e equipamento	35
3.3 Local	36
3.4 Procedimento de coleta de dados.....	36
3.5 Procedimento de análise de dados	38
4. A VISIBILIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEU PÚBLICO ALVO NA MÍDIA IMPRESSA: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA.....	41
4.1 Classificação da Condição.....	42
4.2 Classificação do Personagem	44
4.3 Classificação do tema	46
4.4 Poder público local e Educação X Associações para pessoas com deficiência e Filantropia.....	49
5. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO, SEGUNDO A MÍDIA IMPRESSA LOCAL: UM PANORAMA GERAL	51
6. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	59

6.1 Educação Pública.....	59
6.2 Educação Especial e os Eventos de Formação Profissional em São Carlos.....	64
6.3 Prevenção e Triagem	67
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SÃO CARLOS E AS ASSOCIAÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	73
7.1 Filantropia.....	73
7.2 Assistência e repasse de verba municipal.....	79
7.3 Eventos culturais.....	81
7.4 Informativos Educacionais e de Saúde	82
8. O ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SÃO CARLOS	85
8.1 Eventos de formação acadêmica.....	85
8.2 Atividades de extensão para pessoas com deficiência.....	87
8.3 Pesquisas em educação especial	88
9. CONCLUSÃO.....	90
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95

APRESENTAÇÃO

No ano de 2006 ingressei no Curso Normal, antigo Magistério. Lecionar não era o meu sonho, mas por influências positivas que tive em minha trajetória escolar acabei por escolher o magistério. A princípio, seria apenas uma formação inicial para eu ter uma profissão; posteriormente me encantei ainda mais por esta profissão e os desafios deste trabalho.

Durante as minhas vivências de estágio em sala de aula regular, presenciei a dificuldade e a falta de formação das professoras para o trabalho com os chamados “alunos de inclusão” e as críticas que faziam a esta política, a princípio isso veio a reforçar os meus preconceitos referentes ao movimento de inclusão escolar. Concomitantemente, tive uma experiência de trabalho voluntário em uma associação beneficente que oferece atendimento educacional, através do convenio com a Prefeitura Municipal de São Paulo e do programa MOVA- Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, que tem muitos alunos com deficiência, que fez com que eu refletisse sobre essa temática, e buscasse conhecimentos sobre o assunto. O Curso Normal não ofereceu nenhuma disciplina relacionada à educação de alunos do público alvo da Educação Especial, em quatro anos de formação tivemos apenas palestras com especialistas do CEFAP- Centros de Formação e Apoio à Inclusão da Secretaria Municipal da Educação de São Paulo.

A partir destas experiências que decidi seguir meus estudos na área da educação especial, devido à falta de [in]formação que tive a respeito, à incompetência profissional e à incompreensão da inclusão escolar que me deparei inúmeras vezes nas escolas da rede municipal.

Após a conclusão do Curso Normal, ingressei no ano de 2010 no Curso de Licenciatura em Educação Especial- UFSCar, que permitiu o conhecimento e a compreensão sobre a filosofia da Educação Inclusiva, a escolarização de alunos do público alvo da Educação Especial e o movimento de inclusão escolar, sobre os desafios e as perspectivas que envolvem estas temáticas.

Logo no primeiro ano de graduação, no segundo semestre letivo, fui convidada a integrar o “Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial” (GP-FOREESP/UFSCar) que desde 1999 vem desenvolvendo estudos sobre inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas públicas, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Enicéia Gonçalves Mendes. A partir de então, iniciei o contato com o universo científico através das pesquisas realizadas pelos integrantes do GP-

FOREESP, e as pesquisas de Iniciação Científica “Avaliação do impacto do uso de recursos de alta-tecnologia assistiva na escolarização de alunos com disfunções motoras”, vinculada ao projeto “Alta TA & Inclusão” nos anos de 2010 a 2012; “História da política de inclusão escolar no município de São Carlos com base na mídia impressa: 1996 a 2000” e “História da política de inclusão escolar no município de São Carlos com base na mídia impressa: 1991 a 1995” vinculadas ao projeto “Observatório Nacional de Educação Especial- Oneesp”, nos anos de 2012 a 2013. O envolvimento com outros pesquisadores, alunos de graduação com iniciação científica e pós-graduação, ampliou a minha visão sobre os estudos que foram e estão sendo realizados, conhecendo diferentes temáticas, metodologias e abordagens de pesquisas em Educação Especial.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa compõe a agenda do “Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial” (GP-FOREESP/UFSCar), coordenado pela Prof^a Dr^a Enicéia Gonçalves Mendes, que desde 1997 desenvolve estudos sobre inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas públicas. Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa histórica, cujo objetivo foi reconstruir a história da Educação Especial no município de São Carlos, a partir da análise documental de matérias publicadas na mídia impressa, jornal local, no período de 1997 a 2000. Outras duas pesquisas com objetivo comum foram conduzidas, por outros pesquisadores do grupo, tendo em vista abranger um período maior, até o ano de 2010, da história da Educação Especial municipal.

A trilogia de pesquisas sobre a história da educação no município de São Carlos está inserida em um grande projeto nacional, o Observatório Nacional da Educação Especial (Onesp), o qual objetiva produzir estudos integrados sobre políticas e práticas direcionadas à questão da inclusão escolar dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades na realidade brasileira. Tendo em vista a melhor compreensão da realidade do processo de inclusão em cada município, a caracterização da política de Educação Especial e inclusão escolar consiste um de seus objetivos específicos. Nesse projeto estão envolvidos 45 pesquisadores, provenientes de 18 estados brasileiros, representantes de 24 universidades, e de 19 programas de pós-graduação, se propuseram a conduzir um estudo em rede com professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) e gestores municipais e está sendo desenvolvida em cerca de 50 municípios brasileiros.

Cabe destacar que o Onesp está sendo coordenado por pesquisadores do GP-FOREESP/ UFSCar e estudos pilotos estavam sendo desenvolvidos no município de São Carlos, para que posteriormente fossem replicados nos demais municípios que integram o projeto. Assim, a presente pesquisa consiste em um estudo piloto sobre a história da Educação Especial no Município de São Carlos com base na mídia impressa, com o intuito de avaliar se a reconstrução da história da Educação Especial no município permite uma melhor compreensão da realidade e de alguns fatos que antecederam a política de inclusão escolar, adotada atualmente no município de São Carlos conforme as orientações de diretrizes nacionais.

A presente pesquisa fundamenta-se na história da Educação Especial brasileira e na história do município de São Carlos, apresentados a seguir. E a justificativa se dá pela escassez de pesquisas e estudos relativos à história da Educação Especial no Brasil, de forma geral, e principalmente sobre a história da Educação Especial em contextos locais, ou seja, sobre a história nos municípios brasileiros.

1.1 Marcos históricos e normativos da educação especial no Brasil

A história da Educação Especial no Brasil iniciou no século XIX, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 12 de setembro de 1854, que em 1981 passou a ser denominado de Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos em 26 de setembro de 1857, que em 1957 passou a ser denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (MAZZOTA, 1990; JANNUZZI, 2012). A criação de ambos os institutos se deu a partir da influência de pessoas ligadas ao Imperador e o envolvimento de pessoas com deficiência, como, por exemplo, o brasileiro cego José Álvares de Azevedo, que estudou no Instituto dos Meninos Cegos de Paris, e o francês surdo Edourd Hüert. De acordo com Jannuzzi (2012) o atendimento educacional era precário e o atendimento à população era muito limitado, “visto que em 1874 atendiam 35 alunos cegos e 17 surdos” (p. 13) o que corresponde a menos de 0,2% da população de cegos e 0,1% da população de surdos da época.

Um século depois, mais precisamente a partir de 1957, o Ministério de Educação (MEC) começou efetivamente a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, lançando campanhas nacionais para a educação de pessoas com deficiências: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (CNERDV), em 1958; Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental (CADEME), em 1960. Em suma, as campanhas nacionais lançadas objetivavam a promoção de medidas necessárias à educação, treinamento, reabilitação e assistência para pessoas com deficiência (MAZZOTTA, 2005).

Em dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024 (BRASIL, 1961) foi promulgada, e pela primeira vez a “educação de excepcionais” foi contemplada em um documento legal, com um título exclusivo contendo dois artigos (Art. 88 e 89):

Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1961)

De acordo com Mazzotta (1990), a LDB 4.024/61 foi o primeiro marco normativo na área da Educação Especial sobre as ações do poder público, que, até então, permaneciam em iniciativas isoladas da sociedade civil. Entretanto, há de se destacar os seguintes aspectos: não há especificação sobre as ações e a especificidade deste atendimento especializado, há somente no artigo 88 a identificação do local: o sistema geral da educação, quando possível; e a abertura para que o setor privado assumisse a educação deste alunado, eximindo a responsabilidade do poder público em assumir de forma integral o ensino especializado (JANNUZZI, 2009).

No ano de 1954, na cidade do Rio de Janeiro- RJ, foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos do Excepcional- APAE, por membros da elite social letrada brasileira e de um cidadão norte americano, presidente de uma associação congênere (JANNUZZI; CAIADO, 2013). E conforme ressaltou Mendes (2010):

após a promulgação da LDB de 1961 começaria a ser observado o crescimento das instituições privadas de cunho filantrópico. Em 1962, por exemplo, havia 16 instituições apaeanas (APAEs) e foi criado então um órgão normativo e representativo de âmbito nacional, a Federação Nacional das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, (FENAPAES), que realizou seu primeiro congresso em 1963¹. Em 1967 a Sociedade Pestalozzi do Brasil contava com 16 instituições espalhadas pelo país (p. 99).

De acordo com Jannuzzi e Caiado (2013), até o final do ano de 1974, ou seja, 20 anos após a fundação da primeira APAE, havia 198 instituições apaeanas espalhadas por 16 estados brasileiros. Há de se observar o grande aumento e fortalecimentos das iniciativas privadas de cunho filantrópico, que se deu principalmente devido a omissão do setor público, que não oferecia serviços de educação especial na rede pública de ensino. Assim, a omissão do setor público de ensino propiciou à sociedade civil, principalmente pelos grupos de pais, a se organizar e preencher a lacuna existente na educação de pessoas com deficiência,

¹ O movimento das APAE talvez se configure na atualidade como o maior movimento filantrópico do país, agregando muitas instituições implantadas em muitos municípios brasileiros.

assumindo o papel na qual o estado não estava cumprindo (D'ANTINO, 1998; MENDES, 2010).

As intuições particulares de educação especial, de natureza filantrópica, estabeleceram convênios com o governo (federal, estadual e/ou municipal), que repassam recursos financeiros, provenientes principalmente do setor de assistência social às instituições que ofertavam o atendimento aos alunos com deficiência, não elegíveis para o ensino regular (D'ANTINO, 1998; MENDES, 2010).

Em respostas aos diversos movimentos nacionais e internacionais, no dia 3 de Julho de 1973, foi criado o CENESP- Centro Nacional de Educação Especial, um órgão federal com a finalidade de definir as metas governamentais, direcionando as medidas políticas em torno da educação especial, de forma mais efetiva, envolvendo-se com questões que até então estava sob a sociedade civil e suas iniciativas, além de assumir o INES e o IBC. O CENESP era composto por sete coordenadorias, cada uma assumindo um campo específico na área da educação especial, sendo eles: deficiência auditiva, deficiência física, deficiência mental, deficiência múltipla, deficiência visual, problemas de conduta e superdotação (JANNUZZI, 2012).

Assim, vê-se uma organização política e de natureza pública para lidar com as questões relacionadas à educação especial. Posteriormente, este órgão se transformou na Secretaria de Educação Especial-SEESP, subordinada ao MEC. Recentemente, através do Decreto nº 7.690/12 (BRASIL, 2012) a então SEESP foi extinta e passou a integrar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão- SECADI. Em meados da década de 70, observou-se a criação de secretarias de educação especial em diversos estados da federação, tendo, possivelmente, a incumbência de administrar os recursos financeiros repassados pelo CENESP (MATTOS, 2004 apud MENDES, 2010).

O final de década de 1970 e o início de 1980 foram marcados pela concepção e proposta de integração dos alunos com deficiência no sistema de ensino regular, pautado no princípio de normalização destas pessoas, que tinha como prerrogativa tornar possível que as pessoas com deficiência levassem uma vida mais próxima do padrão de normalidade, ou seja, que elas pudessem realizar as mesmas atividades que as pessoas sem deficiência contudo, há de se destacar que a centralidade das ações estava na modificação indivíduo e na normalização deste.

Ao final da década de 80, mais precisamente em 1988, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, advinda de vários movimentos sociais realizados nesse período no Brasil. Em relação à educação, a Constituição trouxe alterações profundas,

destacando-se os seguintes aspectos: universalização e democratização do ensino, erradicação do analfabetismo e melhora na qualidade da educação pública. Sobre a educação de pessoas com deficiência, a Constituição Federal vem assegurar o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, conforme o inciso III do artigo 208 (BRASIL, 1988).

Ou seja, observa-se no Brasil, após a década de setenta, a expansão do ensino elementar às camadas mais populares, e, com a expansão do ensino, um aumento significativo no índice de reprovação e evasão escolar dos estudantes. Assim, com o aumento do contingente de crianças repetentes ou que abandonavam os estudos, teorias que associavam o fracasso escolar a presença de alguma deficiência no aluno foram surgindo de tal modo que a relação fracasso escolar-deficiência intelectual, cujo diagnóstico na época se dava principalmente pela repetência do aluno, fomentou a abertura de classes especiais nas escolas públicas (FERREIRA, 1992 apud MENDES, 2010). Assim, a condição de deficiência vem a justificar o fracasso escolar no país. Neste contexto, de acordo com Mendes (2010):

Os alunos com deficiência que tinham algum acesso a escola se defrontavam basicamente com duas alternativas de provisões no sistema educacional brasileiro, nas raras comunidades em que uma ou duas destas alternativas estavam disponíveis: a escola especial filantrópica que não assegurava a escolarização, ou a classe especial nas escolas públicas estaduais, que mais servia como mecanismo de exclusão do que de escolarização (Schneider, 1974; Paschoalick, 1981, Cunha, 1988; Ferreira, 1989; etc.). (p. 103)

O processo de integração dos alunos com deficiência, nesse período, se dava principalmente através das classes especiais, as quais visavam à preparação dos indivíduos para atividades diárias e preparatórias, centradas em procedimentos de repetição e métodos individualizados, isto é, as pessoas com deficiências eram preparadas e treinadas para a sua integração e participação na sociedade, inclusive no âmbito escolar.

1.1.2 Panorama geral da Educação Especial na década de 1990

As políticas internacionais, com destaque especial a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, em 1990, e a Declaração de Salamanca, em 1994, tiveram grande influência nos encaminhamentos para as políticas públicas em diversos países, inclusive no Brasil (MENDES, 2006; KASSAR, REBELO, 2011).

A década de 1990 esteve marcada pelo início da preocupação de um enfoque pedagógico à educação especial, destacando-se a escolarização dos alunos público alvo da

Educação Especial, os quais, durante séculos, não tiveram acesso ao currículo escolar e aos conhecimentos científicos historicamente acumulados pela humanidade. Nas raras oportunidades de acesso que lhe foram concedidas, o foco de aprendizado e treinamento, para uma parcela desse público, estava voltada apenas para atividades de vida diária, ou reabilitação. Vale destacar que desde o início do século XX, a escolarização do público alvo da educação especial esteve sob a perspectiva da medicina e da psicologia desenvolvimental, passando na década de 90 a priorizar o enfoque pedagógico sobre os processos de ensino-aprendizagem dos alunos alvo da educação especial (JANNUZZI, 2012).

Tais transformações podem ser consideradas decorrentes de um conjunto de reformas no sistema educacional brasileiro, principalmente no tocante à Educação Especial que passou, a partir de então, a assumir um caráter inclusivo. Sob influência das diretrizes internacionais atreladas ao pensamento neoliberal, ou seja, subordinada a lógica econômica, sob o discurso oficial de garantir a educação básica a todos, e tendo como foco os grupos minoritários, os quais, até então, não tinham acesso à educação garantidos, para que os mesmos pudessem ser inseridos na sociedade, respondendo de forma adequada as demandas e perspectivas sociais e de mercado (LIMA; MENDES s/d; ROMERO; NOMA, 2004).

De acordo com Romero e Noma (2004) a Política de Educação Especial (BRASIL, 1994) vem na tentativa de normatizar e consolidar os princípios estabelecidos pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), na conferência de Jontien, Tailândia.

No ano de 1994, o MEC, através da Secretaria de Educação Especial, publicou o documento “Política Nacional de Educação Especial” (BRASIL, 1994), com o objetivo de dar as diretrizes para as práticas educacionais nesta modalidade de ensino. Neste documento, a Educação Especial é caracterizada pelos seguintes aspectos: promotora do desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, em diferentes níveis de ensino, e fundamentada em referenciais teórico e práticos que estejam de acordo com as necessidades específicas dos alunos. Outra característica a se destacar, consiste na transversalidade desta modalidade, que deve perpassar todos os níveis e modalidades de ensino, da educação infantil ao ensino superior, pela educação de jovens e adultos e educação indígena e a educação profissionalizante, cabendo destacar que esta característica seria reforçada pela LDB 9394/96 (BRASIL, 1996).

Na política de Educação Especial (BRASIL, 1994) há orientações para a integração escolar de alunos público alvo da educação especial, e não para a inclusão escolar, desde que apresentem condições de acompanhar o ensino regular, assim como os demais

alunos. Nesta perspectiva de homogeneização e padronização do ensino e aprendizagem dos alunos, esta política não insistia que práticas educacionais fossem repensadas, e que o sistema educacional público fosse reestruturado. Sobre o atendimento educacional especializado, novamente não foi esclarecido a especificidade da ação educacional, mas alterado os locais de atendimento, isto é, nesse documento foram incorporados o atendimento domiciliar, a classe hospitalar e a sala de estimulação essencial. Outra diferença que merece destaque refere-se a não menção sobre o apoio pedagógico especializado para os alunos escolarizados em classes regulares.

No tocante às instituições especializadas, segundo (LIMA; MENDES, s/d) estas deveriam se “reestruturar para oferecer suporte ao sistema de ensino regular e oferecer serviços complementares” (p. 8) aos alunos alvo da Educação Especial. Sobre as instituições filantrópicas ficou estabelecida a parceria com o poder público para o atendimento educacional e o repasse de recursos governamentais, incluindo o repasse de recursos humanos, que compreende ceder profissionais públicos às instituições, mantendo a transferência da responsabilidade do atendimento especializado à sociedade civil.

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394. Reforçando os aspectos previstos na Constituição Federal e dando as diretrizes e orientações para o ensino no país. No que tange aos alunos público alvo da educação especial, a LDB 9394/96 apresentou um capítulo, exclusivo destinado à educação especial. Conforme exposto a seguir:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida **preferencialmente** na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, **sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.**

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; garantiu legalmente a matrícula no ensino regular, tornando às escolas regulares lócus de ensino deste alunado, por direito.

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de

inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60º. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, **para fins de apoio técnico e financeiro** pelo Poder Público. (BRASIL, 1996)

Sobre o artigo 58, cabe “destacar que o termo ‘preferencialmente’ abre a possibilidade de que o ensino não ocorra na rede regular, mas que permaneça nas instituições especializadas” (GARCIA, MICHELS, 2011, p. 107). Ainda neste artigo, em seu parágrafo 2º, conforme o termo em destaque no excerto a cima, cumpre-se ressaltar que o atendimento educacional especializado sob o princípio integracionista, na qual o atendimento deveria ser destinado aos alunos que não pudessem ser integrados em escolas regulares, e vê-se então, que o foco recai sobre a condição do aluno, e não sobre o sistema de ensino. Outro aspecto refere-se a contradição na manutenção do paralelismo entre ensino regular e educação especial, pois a última tenha sido considerada uma modalidade de ensino transversal. No artigo 60, a questão das instituições filantrópicas sem fins lucrativos foi retomada, e se manteve a legalidade dos convênios, entre setor público e privado, para o atendimento educacional especializado.

A LDB 9394/96, foi considerada um importante marco normativo para a área da educação especial, pois a mesma se constituiu como base para as políticas e encaminhamentos no país, em torno desta temática.

No ano de 1999 com o decreto nº 3.298, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, as questões educacionais foram discutidas em cinco artigos, da seção II (Do acesso a educação) no capítulo VII, a educação especial foi reafirmada enquanto modalidade de ensino passou de caráter transversal, ou seja, perpassando todos os níveis, etapas e as demais modalidades de ensino, dando ênfase ao caráter complementar da Educação Especial ao ensino regular, o que não excluía a possibilidade da substituição ao ensino regular.

Tendo como referência o panorama geral da história da Educação Especial no Brasil, a partir dos dispositivos legais, há de considerar a década de 1990 um período bastante significativo para a escolarização dos alunos alvo da educação especial, dada a garantia de acesso ao ensino e o despontar do enfoque pedagógico sobre os processos de ensino

aprendizagem deste alunado, ainda que meio as contradições do sistema e os ranços das vertentes: clínica-médica e assistenciais/caritativas.

Como dito anteriormente, as políticas internacionais tiveram papel decisivo para os encaminhamentos da educação especial no Brasil, sob a perspectiva e princípios da educação inclusiva. Diante dos problemas da educação nacional, ainda com consideráveis níveis de analfabetismo, precárias condições de ensino, altas taxas de repetência e evasão escolar, entre outros problemas, o Brasil, estava sendo cada vez mais pressionados por agências multilaterais a adotar as diretrizes de educação inclusiva. Isto porque, tendo em vista o desenvolvimento e manutenção do sistema e do estado democrático, o estabelecimento de uma sociedade inclusiva, tornou-se fundamental. Considerando que educação é elemento fundamental para a manutenção do sistema e desenvolvimento da sociedade, a educação inclusiva torna-se integrante e essencial desse projeto social, principalmente no fim dos anos de 1990 (MENDES, 2010). No entanto, somente com a Resolução CNE/ CEB 2/ 2001, a legislação brasileira normatizou os princípios da Educação Inclusiva às diretrizes referentes à Educação Especial, presentes nas discussões internacionais e documentos os quais o país foi signatário (GARCIA, MICHELS, 2011, p. 108).

Desta forma, o final da década de noventa, no que tange à Educação Especial, esteve marcada pelas reformas educacionais brasileiras, influenciadas pelas agências multilaterais (UNESCO, ONU, UNICEF) a adotar os princípios e pressupostos da filosofia de educação inclusiva e pelo “caloroso debate da inclusão escolar, envolvendo uma dicotomização do campo entre os adeptos da educação inclusiva e os adeptos de uma visão mais radical baseada na inclusão total” (MENDES, 2010, p. 105), que serviram de base para os futuros encaminhamentos da Educação Especial no Brasil.

Na esfera estadual, muitos estados vinham se mantendo no papel de criar e manter as classes especiais, ou classes de recursos categoriais, nas escolas públicas estaduais, para o processo de escolarização dos alunos alvo da educação especial. Neste contexto, mesmo as classes estando inseridas no espaço escolar regular, a educação especial permaneceu de certa forma sendo uma escolarização paralela e segregada do sistema educacional regular.

No estado de São Paulo, por exemplo, entre as décadas de 1990 e 2000 o atendimento educacional aos alunos público alvo da educação especial esteve previsto para ser realizado nas classes comuns de escolas regulares, nas diferentes etapas e níveis de ensino, abrindo também a possibilidade para a abertura de classes especiais, quando a escolarização nas classes comum não atender a demanda e as especificidades do trabalho pedagógico junto

a este alunado, ou em escolas especiais ou instituições conveniadas à secretaria estadual de educação (MARTINS, 2012).

Os municípios passaram a desempenhar importante papel na política e diretrizes da educação especial municipal. A partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988), ficou estabelecida a descentralização do ensino, através do regime de colaboração entre União, Estado e Município (SOUZA, FARIA, 2004), na qual proporcionou aos municípios maior independência para solucionar suas dificuldades político-administrativas, inclusive as relacionadas à Educação Especial (MENDES, 2001). Ficou estabelecido que à União caberia o repasse mínimo de 18%, e aos estados e municípios de 25% da arrecadação de impostos, conforme o artigo 212 (BRASIL, 1988).

Entretanto, o real papel do município em relação à política de Educação Especial, após o processo de municipalização da educação básica e de inclusão escolar em particular, ainda é pouco conhecida e o presente trabalho busca através do conhecimento da história da educação especial na cidade de São Carlos, descrever e compreender como foi, na realidade deste município, se constituindo essas formas de ensino para crianças e jovens alvo da Educação Especial ao longo dessas mudanças políticas nacionais observadas a partir de meados dos anos de 1990.

1.2 O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Tendo em vista a melhor compreensão do contexto e da realidade do município investigado nesta seção serão abordados a contextualização histórica do município de São Carlos e a caracterização geral e da educação especial do município no período investigado, de 1997 a 2000.

1.2.1 Contextualização Histórica

O município de São Carlos, situado no interior do estado de São Paulo, teve sua origem em 1857, juntamente com criação da sesmaria do Pinhal pertencente à família Arruda Botelho, que iniciou o plantio de café na região e posteriormente tornou a principal atividade econômica, atraindo imigrantes europeus para trabalhar no cultivo do café. No ano de 1865 deixou a condição de distrito de Araraquara e tornou-se vila, e com a instituição de sua câmara municipal, e no ano de 1880 tornou-se um município (SÃO CARLOS, 2013).

Apenas um ano após sua origem, em 1858, foi fundada a primeira escola para alfabetização de meninos e, em 1862, a primeira escola de alfabetização de meninas. Obviamente destinadas a uma pequena parcela da população, aos filhos da elite são-carlense, detentora das propriedades, mão de obra e do poder.

Após, a crise econômica de 1929, com a desestabilização da economia cafeeira, os grandes cafeicultores passaram a investir também na modernização e industrialização do município. Assim, a partir das décadas de 1930 e 1940, o setor industrial foi consolidado como principal atividade econômica municipal.

Logo no início da década de 1950, em 1953, o município recebeu um campus da Universidade de São Paulo- USP com a Escola de Engenharia de São Carlos e em de 1970, foi fundada a Universidade Federal de São Carlos- UFSCar. A existência e a produção do conhecimento científico das duas universidades conferiu ao município o título de capital da tecnologia.

Seguindo a tendência nacional, de criação de associações de cunho filantrópico e assistencial na tentativa de suprir as lacunas no serviço público para as pessoas com deficiência, em São Carlos no dia 26 de maio de 1962 foi fundada a Associação de Pais e Amigos do excepcional-APAE, por um grupo de pessoas com o objetivo comum de criar uma escola para o atendimento das crianças com deficiência intelectual do município (APAE, 2013). Anos depois, em 23 de maio de 1988, um grupo de mães se reuniu também com objetivo de criar um espaço para a formação, principalmente, dos jovens e adultos excepcionais, e, no dia 23 de maio de 1988, foi oficializada a fundação da Associação de Capacitação Orientação e Desenvolvimento do Excepcional-ACORDE (ACORDE, 2013).

Ao final da década de 1970, em 1978, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, na UFSCar, primeiro e único no país, tornando o município e a universidade referência, polo de produção de conhecimento e formação na área. E após, 31 anos, em 2009, foi criado o curso de Licenciatura em Educação Especial. Deste modo, nos interessa compreender a história da Educação Especial no período histórico investigado, 1997 a 2000, e contribuir também para a compreensão da realidade e de alguns fatos que antecederam a política de inclusão escolar, adotada atualmente no município de São Carlos conforme as orientações de diretrizes nacionais. Podendo embasar estudos futuros da área, assim como contribuir metodologicamente para futuros estudos historiográficos.

1.2.2 Caracterização do município de São Carlos no período de 1997 a 2000

De acordo com os dados do IBGE (2013) a população de São Carlos no ano de 1996 era de 174.433 habitantes, e em 2000 havia 192.998 habitantes no município, representando um aumento de aproximadamente 10% da população, neste período. O IDH² (índice de desenvolvimento humano) municipal em 2000 foi de 0,841, índice considerado elevado, o 17º maior IDH do estado de São Paulo³, juntamente com a capital estadual. Porém, cabe ressaltar que a desigualdade social era grande, o município de São Carlos possuía, e ainda possui grandes bolsões de pobreza, concentrados na região periférica, nas quais a população dispunha de precárias condições de vida, como saneamento básico, saúde e educação, por exemplo. De acordo com um estudo descrito por Oliveira (1998) havia altos índices de concentração de renda, pois 2,7% dos chefes de família ganhavam mais de vinte salários mínimos, enquanto 7,9% dos chefes de família não dispunham de renda alguma, e a maior faixa populacional, 48,43%, dispunham de até três salários mínimos. Estes dados evidenciam o quão grande era a desigualdade social e contradições no município, que infelizmente não era diferente da realidade estadual e nacional.

O período investigado, 1997 a 2000, compreende o segundo mandato político do prefeito João Otávio Dagnone de Melo, nascido em 23 de abril de 1949 na cidade Uchoa-SP.

Neste período, no município, existiam três importantes associações de e para pessoas com deficiência, a Associação de Pais e Amigos do Excepcional- APAE, a Associação de Capacitação e Orientação e Desenvolvimento do Excepcional- ACORDE e a Associação dos Deficientes de São Carlos- ADESC. As associações para pessoas com deficiência, a APAE e a ACORDE, ofereciam às pessoas com deficiência intelectual e múltipla atendimento educacional e de reabilitação, com profissionais da área da saúde.

A Tabela 1, a seguir apresenta a síntese dos dados sobre matrícula escolar no período investigado, de 1997 a 2000, cuja fonte foi o Instituto Nacional de Educação e Pesquisa- INEP. Conforme os dados apresentados, no site do INEP (consulta a matrícula) não há disponível as informações das matrículas no município do ano de 1997, e no ano de 1998 tem-se apenas as informações sobre as matrículas efetuadas no ensino regular. A partir do ano 1999 há dados relativos às matrículas na modalidade de ensino- Educação Especial. Há de se

² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação (PNUD, 2013).

³ No ano de 2000, no Estado de São Paulo o IDH mais alto foi de 0,919 e o mais baixo foi de 0,645 (FIESP, 2013).

observar no total de matrículas em Educação Especial, que 81,8% (n=333) dos alunos estavam na rede particular de ensino, e apenas 18,2% (n=74) na rede pública municipal. No ano de 2000, há um aumento no total de número de matrículas em Educação Especial que corresponde a um crescimento de apenas 5% (n=23). Cumpre-se destacar que houve uma diminuição no número de matrícula da rede municipal, enquanto a rede particular teve um aumento 10,2% (n=34).

Tabela 1- Número de matrículas no município de São Carlos

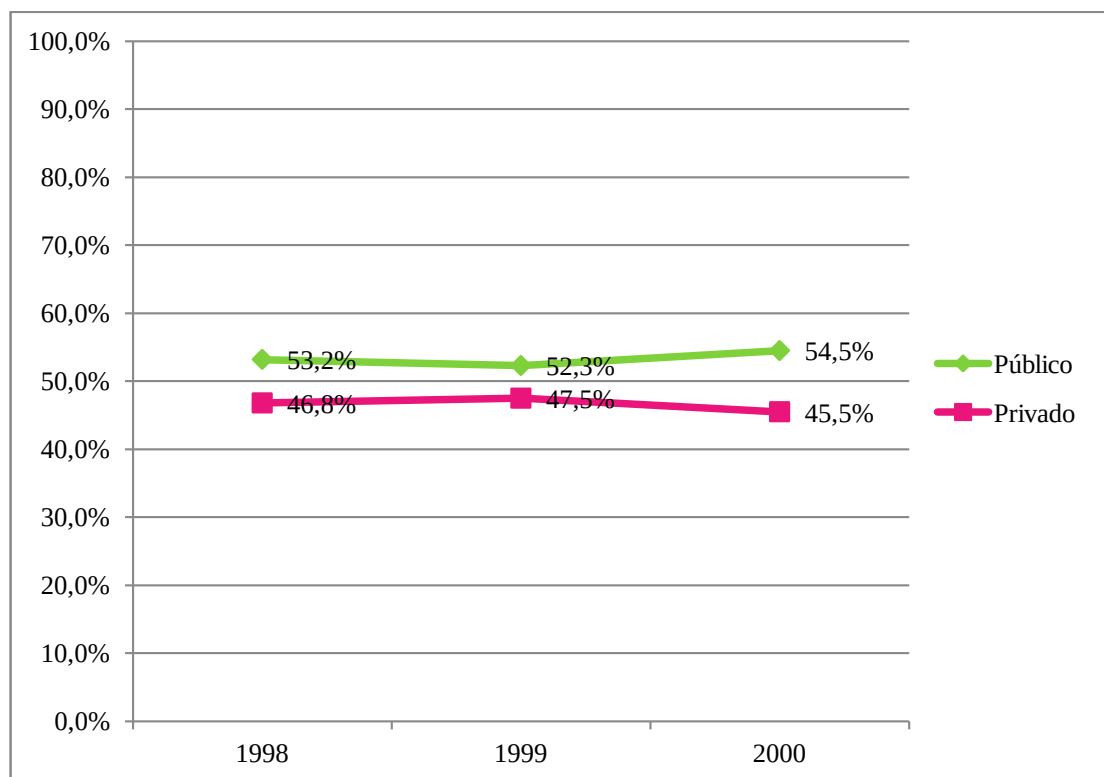
Ano	Dependência	Ensino Regular	Educação Especial Total	Educação Especial Fundamental	Educação de Jovens e Adultos
1997	Estadual	-	-	-	-
	Municipal	-	-	-	-
	Particular	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-
1998	Estadual	21114	-	-	-
	Municipal	2581	-	-	-
	Particular	23695	-	-	-
	Total	47390	-	-	-
1999	Estadual	28618	-	-	4071
	Municipal	10183	74	45	1431
	Particular	7527	333	88	827
	Total	46328	407	133	6329
2000	Estadual	47334	-	-	4515
	Municipal	14381	63	37	1499
	Particular	12979	367	94	625
	Total	74694	430	131	6639

Neste pequeno período, entre 1999 e 2000, o município de São Carlos apresenta uma tendência contrária a tendência nacional, que segundo os dados apresentados pelo gráfico 1, a seguir, tende a um aumento no número de matrículas na rede pública, na mesma media em que há uma diminuição no número de matrículas na rede particular.

Ainda com base nos dados apresentados pela tabela 1, pode-se identificar que neste período a educação especial no município de São Carlos estava sob a responsabilidade do poder público municipal e da rede particular de ensino. Não há, no site do INEP, nenhum registro sobre matrículas em Educação Especial na rede estadual de ensino. Assim, pode-se

perceber a importância destas dependências administrativas, municipal e particular, na condução da educação especial municipal, e na constituição da sua história.

Figura 1- Matrículas em Educação Especial por dependência de ensino no Brasil:1998-2000



Fonte: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

A presente pesquisa tem como objetivo reconstruir da história da Educação Especial no município de São Carlos, no período de 1997 a 2000, com base na mídia impressa.

2.2 Objetivos específicos

De forma mais específica objetiva-se:

- Verificar se às questões relativas à Educação Especial e ao seu público alvo teve visibilidade na mídia impressa;
- Identificar as temáticas e personagens mais explorados pela mídia impressa;
- Descrever e analisar, qualitativamente, as matérias relacionadas diretamente a Educação Especial no município de São Carlos.

3. METODOLOGIA

A metodologia de Pesquisa Historiográfica e os procedimentos da Análise Documental foram utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, tendo em vista a reconstrução da história da política de inclusão escolar no município de São Carlos a partir de matérias publicadas na mídia impressa – jornal – no período de 1997 a 2000.

Compreende-se que:

“A pesquisa histórica é a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico ou a revisão e interpretação nova da história. Ela deve obedecer aos princípios críticos da disciplina, às regras acumuladas pelo equipamento das chamadas ciências auxiliares, em suma, identificar-se com técnicas do historiador. A descoberta dos fatos, da documentação, e o uso correto constituem a pesquisa.” (RODRIGUES, 1969, p.21)

Não se pretende com esta pesquisa a reconstrução do passado tal como aconteceu, pois esta seria uma tarefa impossível. Pretende-se então, reconstruir a história a partir da leitura e análise sistemática dos fatos, através dos documentos, que permitem a compreensão dos acontecimentos passados e os seus desdobramentos no presente, a atual política de inclusão escolar no município de São Carlos. Procurando estabelecer o elo existente entre os tempos históricos: passado e presente (FENELON, 1997; PIMENTEL, 2001).

Na pesquisa histórica o principal objeto a ser descoberto não é o fato em si, mas que pensamento expressa, possibilitando a conexão entre os fatos históricos através das provas documentais (RODRIGUES, 1969).

A análise documental é usada em abordagens qualitativas e pode assumir caráter complementar ou principal, de acordo com o objeto a ser estudado e os objetivos estabelecidos (LÜDKE, ANDRÉ, 1986; PIMENTEL, 2001; SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009), mas na pesquisa historiográfica a análise documental consiste no “principal meio de concretização do estudo” (PIMENTEL, 2001, p. 191-192).

De acordo com Sá-Silva, Almeida, Guindani, (2009), a definição de documento passou por grandes transformações ao longo da história. Inicialmente, final do século XIX, entendia-se como documento os registros oficiais escritos, pois estes assumiam o valor de prova e verdade histórica. Posteriormente, em meados do século XX, o entendimento sobre o que vem a ser um documento foi ampliado significativamente, aceitando-se “[...] texto escritos, mas também documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer

outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc” (CELLARD, p. 297, apud SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009). A Associação dos Arquivistas Brasileiros, definiu como documento: “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (AAB, 2005, p. 73).

Lüdke e André (1986) afirmam que os documentos são “uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações do pesquisador” (p. 39) e assim como Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) ressaltam a importância de contextualizar os documentos.

3.1 Fonte de dados

O jornal escolhido como fonte documental foi “A Folha”, fundado em 1962, e que integra os meios de comunicação em massa do município de São Carlos- SP. A escolha se deve ao fato dele ser o mais antigo e por ainda estar em circulação no município, e também pela disponibilidade e acessibilidade de seu acervo.

Tendo em vista a necessidade de delimitação para adequar o estudo a dimensão de um projeto de pesquisa viável para ser realizado em um ano, foi definido como universo temporal o espaço de cinco anos compreendido entre 1997 a 2000, que compreende cerca de 1.460 edições investigadas.

3.2 Material e equipamento

Para a coleta de dados foi utilizada uma máquina fotográfica digital, que transformou os arquivos documentais em papéis em arquivos digitais, que foram armazenados e organizados em um computador, e os dados gerais foram organizados em tabelas com as seguintes informações: data, manchete, descritor e o número da página que a matéria se encontra. E para a conservação dos documentos foram utilizadas luvas plásticas descartáveis, durante o manuseio dos jornais.

Todos os equipamentos necessários para a realização do estudo estiveram disponíveis no laboratório do grupo de pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos em Educação Especial.

3.3 Local

Para a obtenção dos documentos os dados foram coletados em arquivos municipais. Segundo Cozby (2003) a pesquisa em arquivo envolve o uso de informações previamente compiladas para responder as questões de pesquisa, ou seja, o pesquisador analisa os dados já existentes. Isso se dá por meio de documentos, como diários e cartas preservadas por sociedades de história e documentos públicos diversificados, dentre eles, registros de comunicação em massa.

Os arquivos municipais selecionados foram:

a) A Biblioteca Municipal da Câmara de São Carlos que abriga em seu acervo as edições do jornal escolhido em melhor situação de uso para pesquisa científica e tem horário de funcionamento das 8h às 18h, exceto fins de semana e feriados. O acervo encontra-se em bom estado de conservação e está ordenado em pastas catalogadas em ordem cronológica, dispostas em estantes de fácil acesso e manuseio.

b) A Fundação Pró-Memória que abriga em seu acervo as edições do jornal escolhido e tem horário de funcionamento para atendimento ao público das 9h às 12h e das 14h às 18h, exceto de finais de semana e feriados.

As demais etapas foram realizadas no laboratório do GP-FOREESP da UFSCar que abriga os equipamentos e as condições para armazenamento, organização, tratamento e análise de dados.

3.4 Procedimento de coleta de dados

O procedimento de coleta de dados envolveu duas etapas: definição dos descritores para a seleção dos artigos e coleta de dados propriamente dita.

Etapa 1- Definição dos descritores para a seleção dos artigos

Os termos relacionados à Educação Especial e a política de inclusão escolar abrange uma diversidade de conceitos cuja terminologia varia ao longo da história. O Quadro 1 apresenta a lista completa dos descritores levantados para balizar a seleção das matérias analisadas.

Quadro 1- Lista de descritores utilizados para a seleção das matérias elegíveis

TERMOS GENÉRICOS REFERENTES A CONDIÇÃO	TERMOS ESPECÍFICOS REFERENTES A CONDIÇÃO
Problema no desenvolvimento Excepcionalidade Deficiência Necessidades Especiais Necessidades Específicas	Problema no desenvolvimento mental Problema no desenvolvimento motor Deficiência auditiva Deficiência física Deficiência motora Deficiência mental Deficiência sensorial Deficiência visual Autismo Cegueira Problemas de audição Surdez Síndrome de Down Paralisia Cerebral Paralisia Infantil Poliomielite
TERMOS GENÉRICOS REFERENTES A PESSOA OU COM DISCRIMINAÇÃO DA FAIXA	TERMOS ESPECÍFICOS REFERENTES A PESSOA OU COM DISCRIMINAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA
Criança(s), adolescente(s) ou adulto(s): Excepcionais Deficientes Portador de deficiência Portador de necessidades especiais Portador de necessidades específicas	Criança (s), adolescente(s) ou adulto(s): Deficiente auditivo Portador de deficiência auditiva Deficiente físico Portador de deficiência física Portador de deficiência motora Deficiente mental Portador de deficiência mental Deficiente sensorial Portador de deficiência sensorial Deficiente visual Portador de deficiência visual Autista Portador de autismo Cego Baixa visão Portador de problemas auditivos Surdo Portador da Síndrome de Down Paralisia Cerebral Portador de Paralisia Cerebral Paralisia Infantil Portador de Paralisia Infantil Poliomielite Portador de Poliomielite
REFERÊNCIAS EDUCACIONAIS	ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS
Educação Especial Escolas especiais Estimulação precoce Salas especiais Integração escolar	ACORDE- Associação de capacitação orientação e desenvolvimento do excepcional ADESC- Associação dos deficientes de São Carlos APAE- Associação de pais e amigos do excepcional CADEFI- Centro de atendimento ao deficiente

Fonte: Elaborado pela autora.

Etapa 2- Coleta de dados nos arquivos municipais

O procedimento da coleta de dados envolveu a ida à Biblioteca Municipal da Câmara de São Carlos e à Fundação Pró Memória para realizar o exame individual das edições diárias do jornal. Foram realizadas 12 visitas à Biblioteca Municipal da Câmara de São Carlos e 17 visitas à Fundação Pró-Memória, com duração média de 5 horas cada, que possibilitou o exame de 1.460 edições diárias do jornal “A Folha”.

Após o exame sistemático das edições, os artigos que possuíam ao menos um dos descritores estabelecidos foram selecionados, fotografados e armazenados num banco de dados computadorizado. A princípio os dados foram organizados de acordo com a ordem cronológica da publicação das matérias. Posteriormente os artigos foram fichados com base nos principais tópicos contidos nele.

3.5 Procedimento de análise de dados

A princípio cada artigo selecionado foi classificado em três categorias: Classificação do Personagem, Classificação do Tema e Classificação do Tipo de Deficiência. Cabe destacar, que as categorias utilizadas foram adaptadas a partir da categorização proposta por Moreira (1999).

A Classificação do Personagem tem como objetivo identificar quem são os principais agentes das matérias ou as instituições envolvidas nas publicações da mídia impressa em:

- *Agentes da comunidade* – AC (instituições empresariais, comerciais ou particulares e pessoas com deficiência);
- *Associações de pessoas com deficiência* – ADD (ADESC);
- *Associações para pessoas com deficiência* – APD (APAE, ACORDE, entre outras);
- *Poder executivo local* – PEL (prefeitura municipal e instituições públicas, como as secretaria de: educação, habitação, planejamento, entre outras);
- *Poder legislativo local* - PLL (municipal ou estadual);
- *Profissionais* – PRO (profissionais ligados à educação especial ou profissionais com deficiência);
- *Universidade e Pesquisadores* – UP;
- *Órgãos federais* (governo federal, ministérios e instituições governamentais); e;
- *Outros* - OU.

A Classificação do Tema tem como objetivo identificar a temática em que cada matéria se enquadra nas seguintes categorias:

- *Educação* – ED;
- *Saúde* – SA (causas determinantes, prevenção, incidência, estimativa de casos);
- *Assistência social* – AS (ações voltadas para portadores de deficiências que não sejam voltadas para as outras categorias: filantropia, concessão de verbas);
- *Cultura* – CU (apresentações e produções culturais, teatro, cinema, música, dança, exposições);
- *Esporte* – ESP (jogos, treinos, competições);
- *Ciência* – CI (universidades, pesquisas);
- *Acessibilidade* - AC (espaços urbanos, arquitetura, barreiras arquitetônicas);
- *Trabalho* – TRA;
- *Habitação* – HAB (morada, terra);
- *Transporte* – TRAN (mobilidade, veículos adaptados);
- *Previdência* – PREV (benefícios); e
- *Outros* - OU.

A Classificação do Tipo de Deficiência descreve qual categoria a matéria trata, a saber:

- *Deficiência Física* – DF (incluindo causa, como por exemplo: paralisia cerebral, poliomielite, distrofia, entre outras);
- *Deficiência Visual* – DV;
- *Deficiência Intelectual* – DI;
- *Deficiência Auditiva e surdez*– DA;
- *Autismo*- AU;
- *Deficiências Múltiplas* – DM;
- *Deficiência não- especificada* – TG (termo genérico, sem referência a nenhum tipo de deficiência específica); e
- *Outros* – OU.

Após a classificação de todas as matérias selecionadas, foi realizada uma análise quantitativa (através do cálculo de frequência absoluta e acumulada dos dados) com o intuito de identificar quais: as condições de deficiência, os personagens e as temáticas mais explorados pelo jornal A Folha, no período de 1997 a 2000. Tendo em vista a fidedignidade

da análise realizada, a categorização foi submetida a juízes externos, que a partir de uma amostra realizaram a categorização das matérias, nos três sistemas de classificação.

Identificadas as matérias relacionadas à Educação Especial no município, foi iniciada a análise qualitativa, com o intuito de descrever a história da Educação Especial no município, com base nos fatos veiculados pelo jornal A Folha. Desta forma, as matérias foram reorganizadas em três eixos de análise, sendo eles: a) A educação especial na educação básica, b) A educação especial em São Carlos e as associações para pessoas com deficiência, e, c) Ensino superior e a educação especial. Por fim, se procedeu a análise de conteúdo de cada eixo de análise, com a identificação de categorias de conteúdos abordados nas matérias. A descrição foi baseada em conclusões extraídas a partir da análise deste conteúdo com ilustrações de excertos da matéria original. De acordo com Lüdke e André (1986) a análise do conteúdo é apropriada para o tratamento dos dados, pois consiste em um “método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens” (p. 41).

4. A VISIBILIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEU PÚBLICO ALVO NA MÍDIA IMPRESSA: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

Dentre as 1.460 edições investigadas no jornal impresso A Folha, referentes aos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000, período correspondente à gestão administrativa de João Otávio Dagnone de Melo, foram encontradas e analisadas 181 matérias publicadas que eram relacionadas ao público alvo da educação especial, que abrange pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. O gráfico 2, a seguir, apresenta a quantidade de matérias selecionadas em cada ano pesquisado.

Figura 2- Total de matérias analisadas

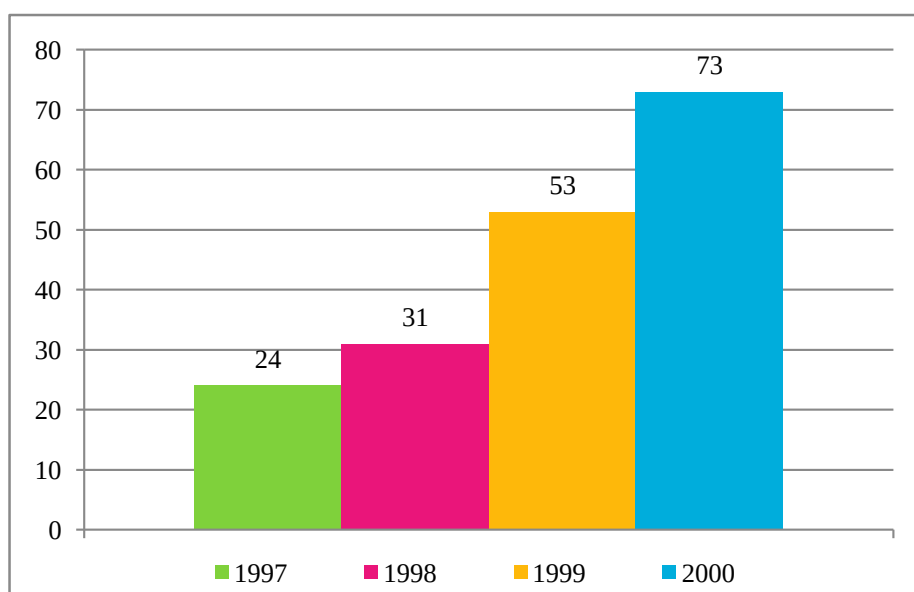


Figura 2- Número total de matérias encontradas que se referem às pessoas com deficiência e a educação especial, por ano investigado.

Os dados do gráfico 2, indicam que no período investigado houve um crescimento contínuo de matérias publicadas na mídia impressa. O aumento corresponde a mais de 300% (n=49), ou seja, o número de matérias triplicou no ultimo ano em relação ao primeiro ano investigado. No ano 2000 houve o maior número de matérias publicadas, sendo responsável por quase metade da amostra, 40,3% (n=73), seguidos pelos anos de 1999 com 29,4% (n=53), 1998 com 17,3% (n=31) e o ano de 1997 com 13,3% (n=24), representando o menor índice de matérias elegíveis para análise. Em consonância com o crescimento no número de matérias por ano, a média de matérias publicadas por mês também teve um aumento médio significativo, sendo no primeiro ano, 1997, uma média de duas matérias por mês e no último ano, 2000, uma média de seis matérias por mês. Um fator que pode ter

contribuído para a frequência na publicação dessas matérias pode ser atribuído a existência de três associações destinadas às pessoas com deficiência na cidade, sendo elas: Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), Associação dos Deficientes de São Carlos (ADESC), Associação de Capacitação Orientação e Desenvolvimento do Excepcional (ACORDE), dado que 33,1%, ou seja, 60 de 181, das matérias estavam relacionadas às instituições mencionadas.

Após a seleção das matérias relacionadas ao público alvo da educação especial e à educação especial, as mesmas foram categorizadas com base em três sistemas de classificação: (1) da condição, (2) do personagem e (3) do tema. Em um primeiro momento as matérias foram analisadas quantitativamente de modo a fornecer um panorama geral a respeito das publicações em cada categoria analisada (ver Tabelas 2, 3 e 4). Posteriormente, foram selecionadas as matérias específicas à Educação Especial de São Carlos para realizar uma análise qualitativa das mesmas para compreender a história da Educação Especial no município.

4.1 Classificação da Condição

O sistema de classificação da condição de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades, teve como objetivo identificar quais destas categorias foram mais frequentes na mídia impressa. As matérias selecionadas foram organizadas com base nas seguintes categorias de análise: AU- Autismo; DA- Deficiência auditiva; DI- Deficiência Intelectual; DF- Deficiência Física; DV- Deficiência Visual; TG- Termos genéricos; OU- Outros. A tabela 2 apresenta a distribuição das matérias nas categorias mencionadas. Há de se observar que neste período não houve matérias sobre deficiência múltipla, surdo- cegueira e altas habilidades.

Com base nos dados da Tabela 2, a seguir, pode-se identificar que a deficiência física (DF) foi a condição mais explorada pela mídia impressa local com 31,5% (n=57). Cabe ressaltar a discrepância na quantidade de matérias relacionadas à deficiência física nos quatro anos investigados. No ano de 1998 pode-se notar um salto no número de matérias publicadas relacionadas à deficiência física, passando de 5 a 16, sendo que tal aumento se manteve em 2000 com 27 matérias publicadas (o triplo de matérias quando comparado com 1997). Tal aumento pode ser justificado, devido à ampla divulgação da campanha de vacinação para crianças de 0 a 5 anos contra a poliomielite (doença infecciosa viral que acarreta a condição de deficiência física).

Tabela 2- Classificação da Condição

	1997	1998	1999	2000	Total
Deficiência Física	9	5	16	27	57
Termos Genéricos	6	3	10	15	34
Deficiência Intelectual	1	09	7	15	32
Deficiência Visual	1	1	4	9	15
Deficiência Auditiva/Surdez	-	1	3	5	9
Outros	4	10	11	-	25
Autismo	-	2	-	1	3
Deficiência Física/Deficiência Intelectual	2	-	-	1	3
Deficiência Visual/ Auditiva	-	-	2	-	2
Deficiência Física/ Deficiência Visual	1	-	-	-	

A categoria “termos genéricos” (TG) foi a segunda mais frequente nas reportagens analisadas, representando 18,8% (n=34) das matérias selecionadas; seguido pela deficiência intelectual, abordada em 17,7% (n=32). Enquanto a deficiência visual foi abordada em 8,3% (n=15) e a deficiência auditiva em 5% (n=9) das matérias. As categorias com menor frequência foram: autismo (AU) 1,7% (n=3); deficiência física e intelectual (DF/DI) 1,7% (n= 3); deficiências visual e auditiva (DV/DA) 1,1% (n=2); e deficiência física e visual 0,6% (n=1).

Cabe destacar que um conjunto de 13,8% (n=25) não fazia menção a nenhuma condição específica de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades, mas usava o termo Educação Especial ou referiam-se às associações municipais, assim ainda que indiretamente referiram-se também à população alvo esta modalidade de ensino.

Com base nos dados apresentados pelo gráfico 3, percebe-se um acentuado aumento na quantidade de matérias relacionadas à deficiência física (DF), à condição de deficiência de modo geral e não especificado (TG) e à deficiência intelectual (DI). Entre os anos: de 1997 a 1998 a deficiência intelectual tiveram a maior aceleração, devido ao aumento de 15 matérias; de 1998 a 1999 a deficiência física apresentaram a maior aceleração, com o aumento de 11 matérias; e de 1999 a 2000 os termos genéricos tiveram a maior aceleração, dado o aumento de 12 matérias. Entretanto, no decorrer de todo o período investigado, a condição de deficiência física apresentou a maior aceleração.

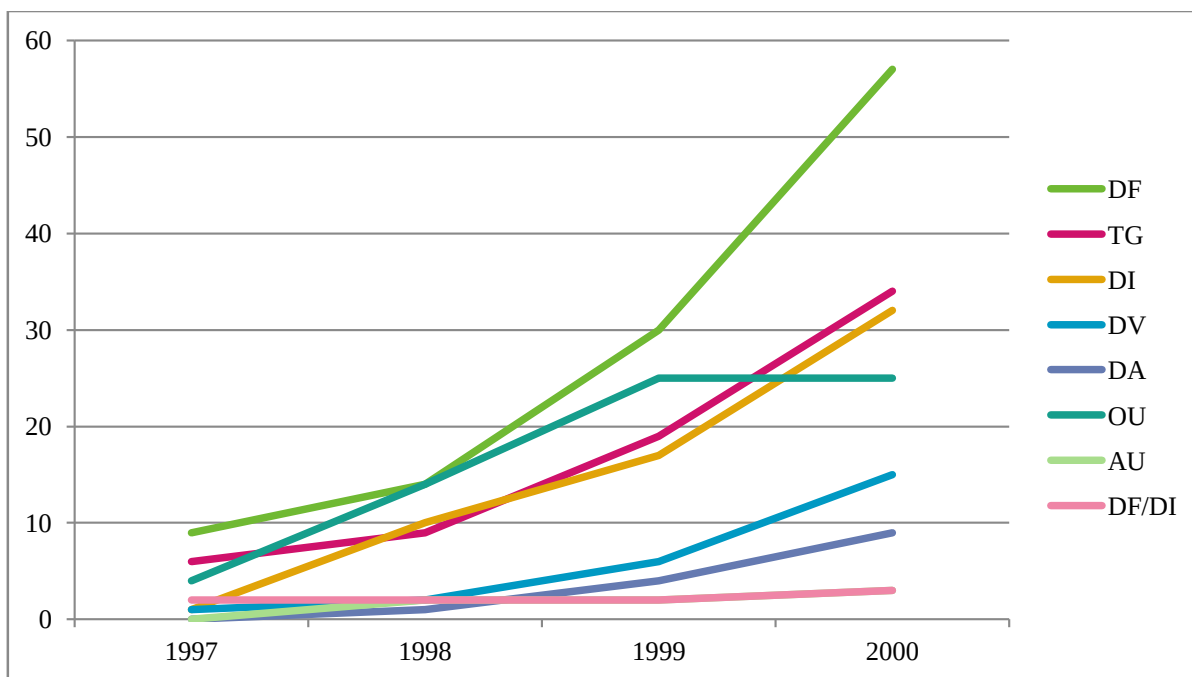
Figura 3- Frequência Acumulada da Condição

Figura 3- Frequência acumulada da quantidade de matérias relacionadas às condições de deficiência, exploradas pelo jornal A Folha, do município de São Carlos no período de 1997 a 2000.

Há de se perceber também que, as condições de deficiência visual e auditiva (DV e DA), acompanhadas das categorias outros (OU) e educação especial (EE), neste período apresentaram menor aceleração. Entre os anos de 1997 a 1998, a quantidade de matérias destas categorias estiveram próximas. No entanto, entre 1998 a 1999 a categoria que refere-se à educação especial teve maior aceleração, apresentando posteriormente estabilização. Após 1998 a condição de deficiência visual passou a apresentar maior aceleração até o final do período, em 2000.

4.2 Classificação do Personagem

O sistema de classificação do personagem tinha como objetivo identificar quais foram os principais agentes ou instituições envolvidas nas matérias relacionadas às pessoas com deficiência. A Tabela 3 apresenta a classificação das matérias nas seguintes categorias: AG- Agentes da comunidade; ADD- Associação de pessoas com deficiência; APD- Associação para pessoa com deficiência; OF- Órgão Federal; PEL- Poder executivo local; PLL- Poder legislativo local; PRO- Profissionais; UP- Universidade e pesquisadores; OU- Outros. A tabela 3 apresenta a frequência absoluta deste sistema de classificação, no período investigado.

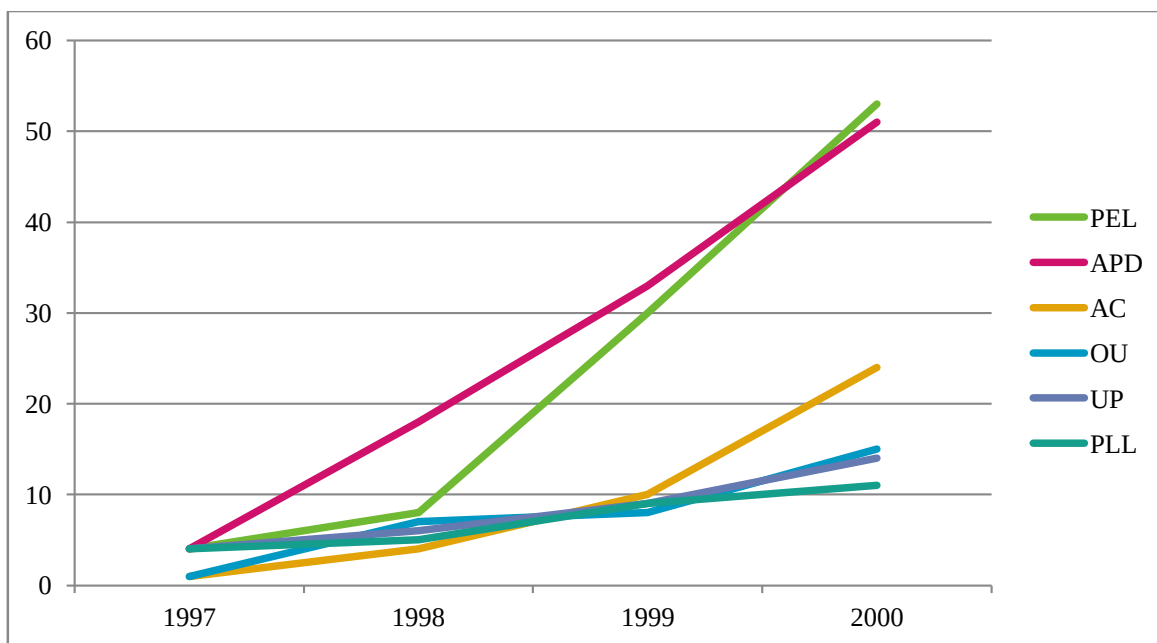
Tabela 3- Classificação do Personagem

	1997	1998	1999	2000	Total
Poder executivo local	4	4	22	23	53
Associação para pessoas com deficiência	4	14	15	18	51
Agentes da Comunidade	1	3	6	14	24
Outros	1	6	1	7	15
Universidades e Pesquisadores	4	2	3	5	14
Poder legislativo local	4	1	4	2	11
Órgãos federais	3	1	-	2	6
Associação de pessoas com deficiência	3	-	2	2	7
Profissionais	1	-	-	-	1

A partir da análise dos dados apresentados pela tabela 3 nota-se que o poder executivo local (PEL) foi o personagem central de 29,3% (n=53) das matérias, que destacaram a iniciativa de ações do setor público em relação às pessoas com deficiência, em diferentes áreas. Nestas matérias destaca-se o envolvimento das secretarias municipais de Educação, Saúde e Habitação. Em seguida as associações para pessoas com deficiência (APD) foram os personagens mais recorrentes das matérias selecionadas, dado que, há o percentual de 28,2%, ou seja, entre as 181 matérias 51 referem-se às associações para pessoas com deficiência do município.

Na categoria de agentes da comunidade (AG), 13,3% (n=24) matérias foram enquadradas, podendo-se perceber um aumento significativo no último ano investigado. Com 7,7% (n=14) das matérias, referem-se a universidades e pesquisadores (UP), havendo destaque para matérias relacionadas à Universidade Federal de São Carlos, principalmente o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial- PPGEs. O poder legislativo local (PLL) foi personagem central de 6% (n= 11), cabe ressaltar que nas matérias sobre o poder legislativo local, houve o envolvimento dos vereadores municipais em iniciativas públicas de melhorias na condição de vida e conquista de direitos das pessoas com deficiência. As associações das pessoas com deficiências (ADD) municipais foram personagens de 3,8%, (n=7). A categoria sobre órgão federal (OF) representou 3,3% (n=6), dentre os órgão federais tratados pelas nas matérias o Ministério da Educação- MEC foi o mais mencionado, e a categoria profissional (PRO) teve apenas 0,5%, (n=1) matéria, nos quatro anos investigados. A categoria outro (OU) corresponde a 8,2%, (n=15), que corresponde a matérias que não se enquadraram em nenhuma das demais categorias.

O gráfico 4 apresenta a frequência acumulada das seis categorias mais exploradas pela mídia impressa na classificação do personagem.

Figura 4- Frequência Acumulada da Classificação do Personagem**Figura 3-** Frequência acumulada da quantidade de matérias relacionadas aos personagens e agentes, mais explorados pelo jornal A Folha, do município de São Carlos no período de 1997 a 2000.

A partir dos dados apresentados pelo gráfico 4, percebe-se que no período investigado o poder executivo local (PEL) e as associações para pessoas com deficiência (APD) apresentaram maior frequência. De 1997 a 1999 as associações para pessoas com deficiência apresentaram maior frequência, porém após 1998 houve uma diminuição. Em relação ao poder executivo local, após 1998 houve um aumento na frequência, que seguiu até o final do período. As demais categorias (AG, OU, UP e PLL) apresentaram menor frequência. No entanto, entre estas categorias, cabe destacar a categoria agentes da comunidade (AG), que após 1998 teve uma frequência mais acentuada, destoando-se das demais categorias.

4.3 Classificação do tema

A classificação de acordo com o tema central trazido pelas matérias publicadas teve como objetivo identificar as principais temáticas relacionadas às pessoas com deficiência abordadas pela mídia impressa. O gráfico 4 a seguir, apresenta as 181 matérias classificadas nas seguintes categorias: AC- Acessibilidade; AS- Assistência social; CI- Ciência; CU- Cultura; ED- Educação; ES- Esporte; FI- Filantropia; HA- Habitação; IS- Integração social;

SA- Saúde; TN- Transporte; TR- Trabalho e OU- outros. A tabela 3 apresenta a frequência absoluta deste sistema de classificação, no período investigado.

Tabela 5- Classificação do Tema

	1997	1998	1999	2000	
Educação	7	3	20	17	47
Saúde	-	1	15	20	36
Filantropia	7	10	7	9	33
Cultura	1	2	5	8	16
Outros	2	6	3	4	15
Acessibilidade	4	3	-	1	8
Habitação	1	4	-	3	8
Esporte	-	-	-	4	4
Assistência Social	1	2	-	2	5
Ciência	-	-	1	-	1
Transporte	1	-	1	-	2
Trabalho	-	-	1	3	4
Integração/Inclusão Social	-	-	1	1	2

Com base na análise da tabela 4, pode-se perceber que houve predominância de matérias relacionadas à educação (ED), pois esta temática compreendeu 26% (n= 47) das matérias. Seguida pelas temáticas de saúde (SA) e filantropia (FI), com 19,9% (n=36) e 18,2% (n=33) respectivamente. Estas três categorias envolveram 64,1%, ou seja, 116 das 181 matérias selecionadas para análise. Assim, pode-se afirmar que estas temáticas foram mais exploradas pela mídia impressa, no período investigado.

As matérias relacionadas às questões de acessibilidade (AC) compreenderam 4,4%, (n=8), e ressaltavam, principalmente, a necessidade de adaptações que visassem a eliminação de barreiras arquitetônicas e na comunicação dos serviços municipais prestados à população. Sobre questões de habitação (HA) correspondem a 4,4%, (n=8), estando relacionadas ao programa de loteamento popular realizado no município, e que reservou lotes famílias de pessoas com deficiência. Logo em seguida, aparecem as matérias referentes à assistência social, com 2,8%, (n=5), nas quais os conteúdos tratavam sobre a concessão de benefícios assistenciais, tanto às pessoas com deficiência quantos às instituições assistenciais para pessoas com deficiência. As categorias: esporte (ES) e trabalho (TR) corresponderam a 2,2% (n=4), cada; pode-se observar que as quatro matérias da categoria esporte foram

publicadas no ultimo ano investigado e a categoria trabalho teve apenas uma matéria no ano de 1999 e três no ano de 2000. A integração/inclusão social (IS) e o transporte (TN) foram tema de 1,1% (n=2) das matérias selecionadas, cada. Por fim, a categoria ciência (CI) correspondeu a 0,6% (n=1) do total. A categoria outros (OU) refere-se a 8,2%, (n=15) matérias, nas quais as temáticas não se enquadraram nas demais categorias.

O gráfico 5, a seguir, apresenta a frequência acumulada das cinco categorias mais recorrentes na classificação do tema.

Figura 5- Frequência Acumulada do Tema

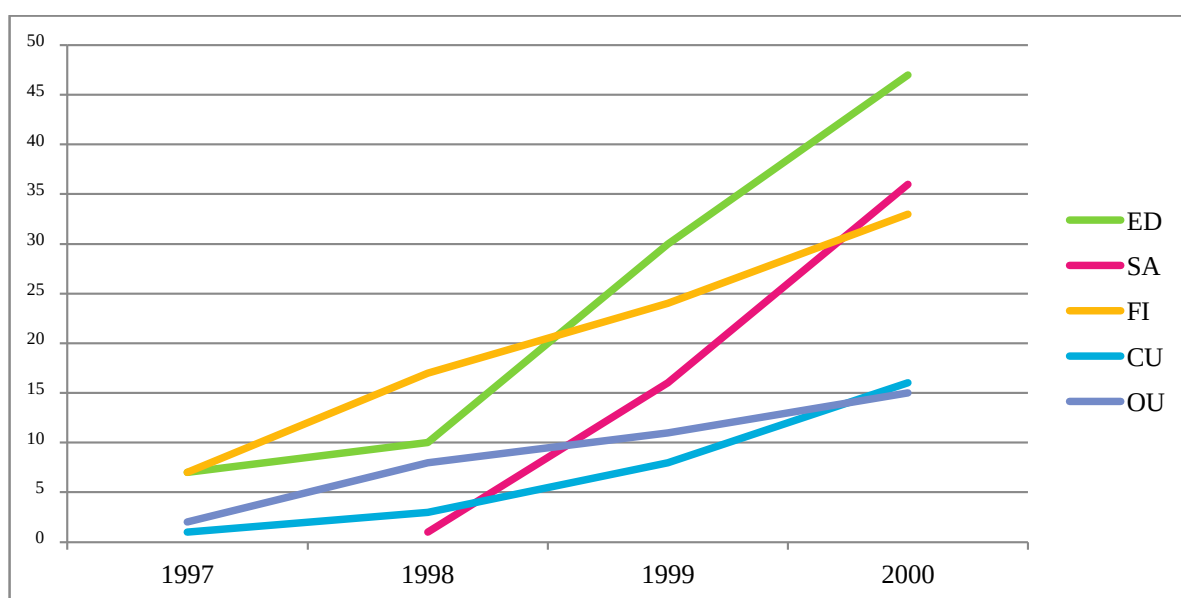


Gráfico 1- Frequência acumulada da quantidade de matérias relacionadas aos temas, mais explorados pelo jornal A Folha, do município de São Carlos no período de 1997 a 2000.

De acordo com os dados do gráfico 5, percebe-se a maior frequência das categoria educação (ED), saúde (SA) e filantropia (FI). Entre os anos de 1997 a 1998, a filantropia teve maior frequência, dado o aumento de 10 matérias, e seguiu com frequência moderada nos demais anos; entre os anos de 1998 e 1999, a educação e a saúde tiveram mesma frequência, devido ao aumento de 20 matérias em cada categoria; e entre os anos de 1999 e 2000 a saúde permaneceu com maior frequência, com o aumento de 20 matérias novamente, seguido pela educação que teve um aumento de 17 matérias. Entretanto, como pode-se notar no gráfico 4, a educação no decorrer deste período teve a maior frequência acumulada.

4.4 Poder público local e Educação X Associações para pessoas com deficiência e Filantropia

Com base nos dados apresentados anteriormente pode-se dizer que as categorias que envolveram o poder executivo local (PEL) e as associações para pessoas com deficiência (APD), assim como, as categorias educação (ED) e filantropia (FI) tiveram destaque nas publicações da mídia impressa no período investigado. Destarte, buscou-se realizar uma análise que possibilitasse verificar a relação entre as referidas instituições e temáticas, pois conforme observado e discutido por Jannuzzi (2009) há uma parcial simbiose entre os poderes público e particular, assim como a educação e a filantropia, que constituem a história da Educação Especial. O gráfico 6, a seguir, apresenta a distribuição da frequência absoluta das publicações das categorias acima mencionadas nos anos investigados.

Figura 6- Frequência Absoluta- Relação entre APD, FI, PEL e ED

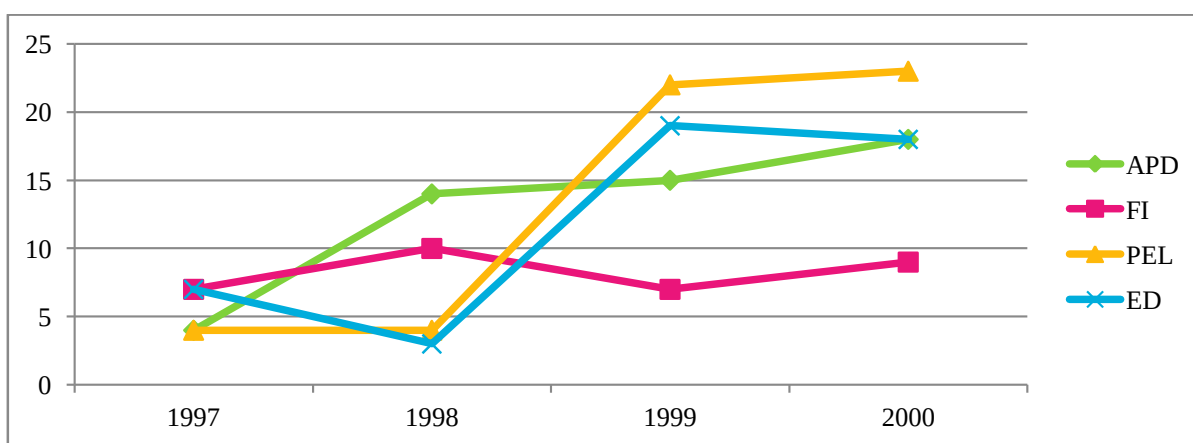


Figura 6- Distribuição da frequência absoluta das categorias: associações para pessoas com deficiência, filantropia, poder executivo local e educação.

Conforme os dados apresentados no gráfico 6 pode-se perceber que o índice das categorias poder executivo local (PEL) e educação (ED) possuem uma variação proporcional, assim com as categorias associações para pessoas com deficiência (APD) e filantropia (FI), pois o total de matérias dos pares de categorias ao longo do período analisado demonstraram aceleração positiva, ou seja, um aumento, ou aceleração negativa, diminuição, próximos em determinados anos. Tal fator pode indicar uma relação direta entre estas categorias, ou seja, nas matérias cujo personagem central foi o PEL a temática mais recorrente estava relacionada à ED e quando o personagem central referia-se as APD a temática mais recorrente foi a FI

Por outro lado, as categorias educação (ED) e filantropia (FI), assim como, poder executivo local (PEL) e as associações para pessoas com deficiência (APD), possuem uma variação inversa. Dado que, as categorias PEL e APD apresentam uma aceleração cuja variação foi inversa.

Cabe destacar que nos anos de 1997 e 1998 as APD tiveram o crescimento mais acelerado, representado pelo aumento de sete matérias, e a partir de então nota-se uma desaceleração, representado pelo aumento de quatro matérias, entre 1998 e 1999, e três, entre 1999 e 2000, ou seja, a aceleração mais que a metade do valor inicial. O PEL inicialmente teve baixa aceleração, representado por uma matéria a mais no ano de 1998, em relação a 1997, posteriormente o crescimento teve uma aceleração positiva, com o aumento de 17 matérias entre os anos de 1998 e 1999. Em relação às categorias ED e FI, o ano de 1998 ganhou destaque, pois há uma aceleração positiva na categoria FI, em relação a 1997, com o aumento de três matérias, mas nos anos posteriores há uma aceleração negativa, com a diminuição das matérias publicadas relacionadas às associações municipais, nota-se uma oscilação na frequência das matérias, com pico no ano de 1998. E o processo inverso pode ser observado com a categoria ED, que em relação a 1997 tem uma aceleração negativa, com a diminuição de quatro matérias, e nos anos posteriores há aceleração positiva, representada pelo aumento de 16 matérias, entre 1998 e 1999.

5. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO, SEGUNDO A MÍDIA IMPRESSA LOCAL: UM PANORAMA GERAL

Na mídia impressa, a visibilidade das questões relativas às pessoas com deficiência, de forma geral, é importante e pode ser considerada uma conquista, pois durante muito tempo esta população esteve invisível à sociedade, ou melhor, tanto a sociedade quanto a mídia se absteve de veicular e discutir notícias e matérias sobre as pessoas com deficiência, dado o processo histórico de segregação e exclusão. Conforme afirma Silva (2007), “o papel que a mídia exerce é fundamental na veiculação do discurso circulante”, assim compreende-se que este papel exerce grande influência sobre a formação da opinião pública, a partir da formação de conceitos e a apropriação de informações sobre a temática. Deste modo, há de se estar atento às publicações veiculadas pela mídia, pois elas podem não ser dotadas de um conhecimento científico ou mais elaborado, estando diversas vezes muito próximas ao conhecimento próprio do senso comum.

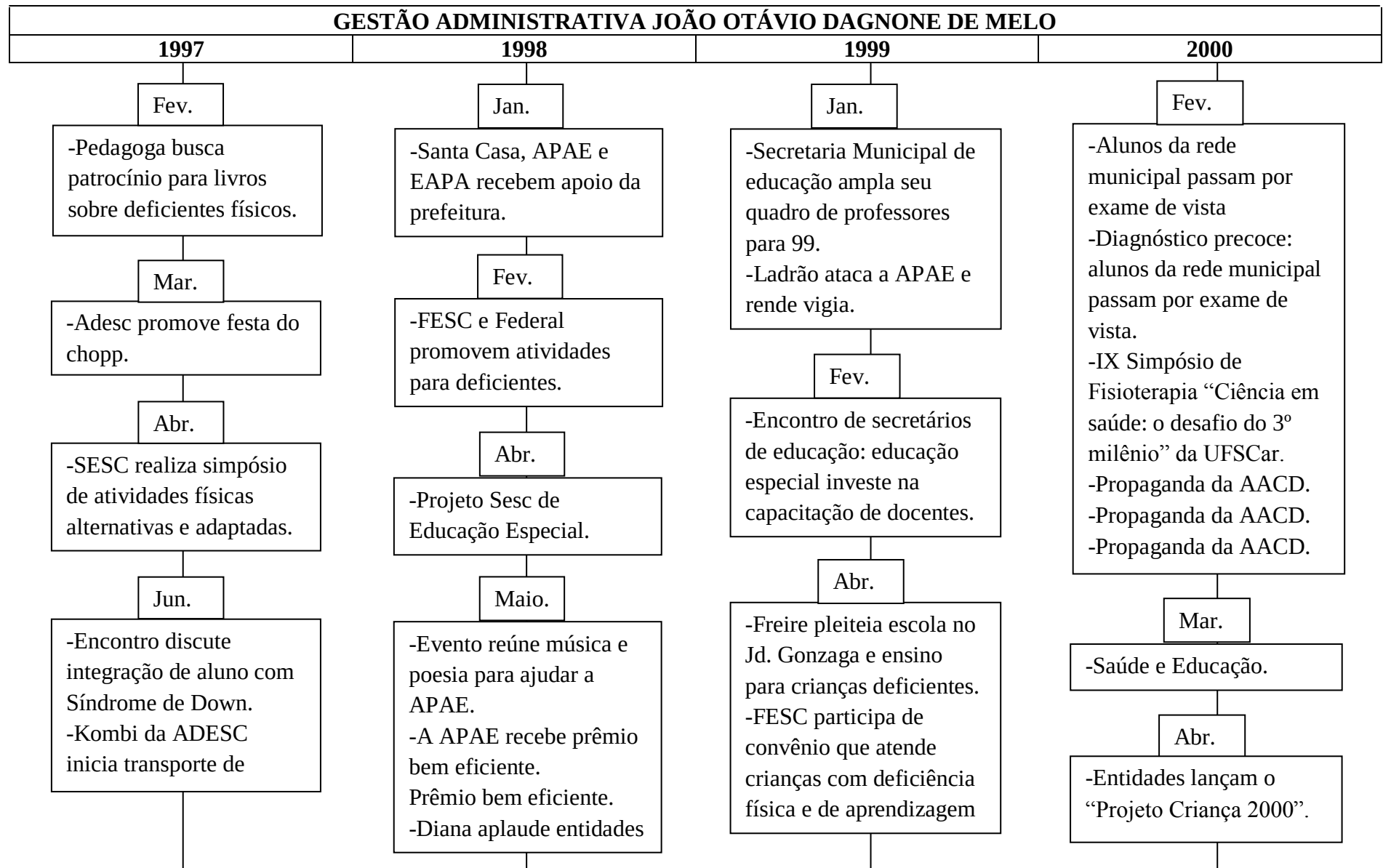
Na análise quantitativa realizada, foi possível identificar que a Educação Especial no município de São Carlos teve visibilidade na mídia impressa através das temáticas relacionadas à Educação (ED) e Filantropia (FI), sendo os principais personagens destas matérias a Poder Executivo local (PEL) e as Associações para Pessoas com Deficiências (APD) e a condição de deficiência mais recorrente, a deficiência física (DF).

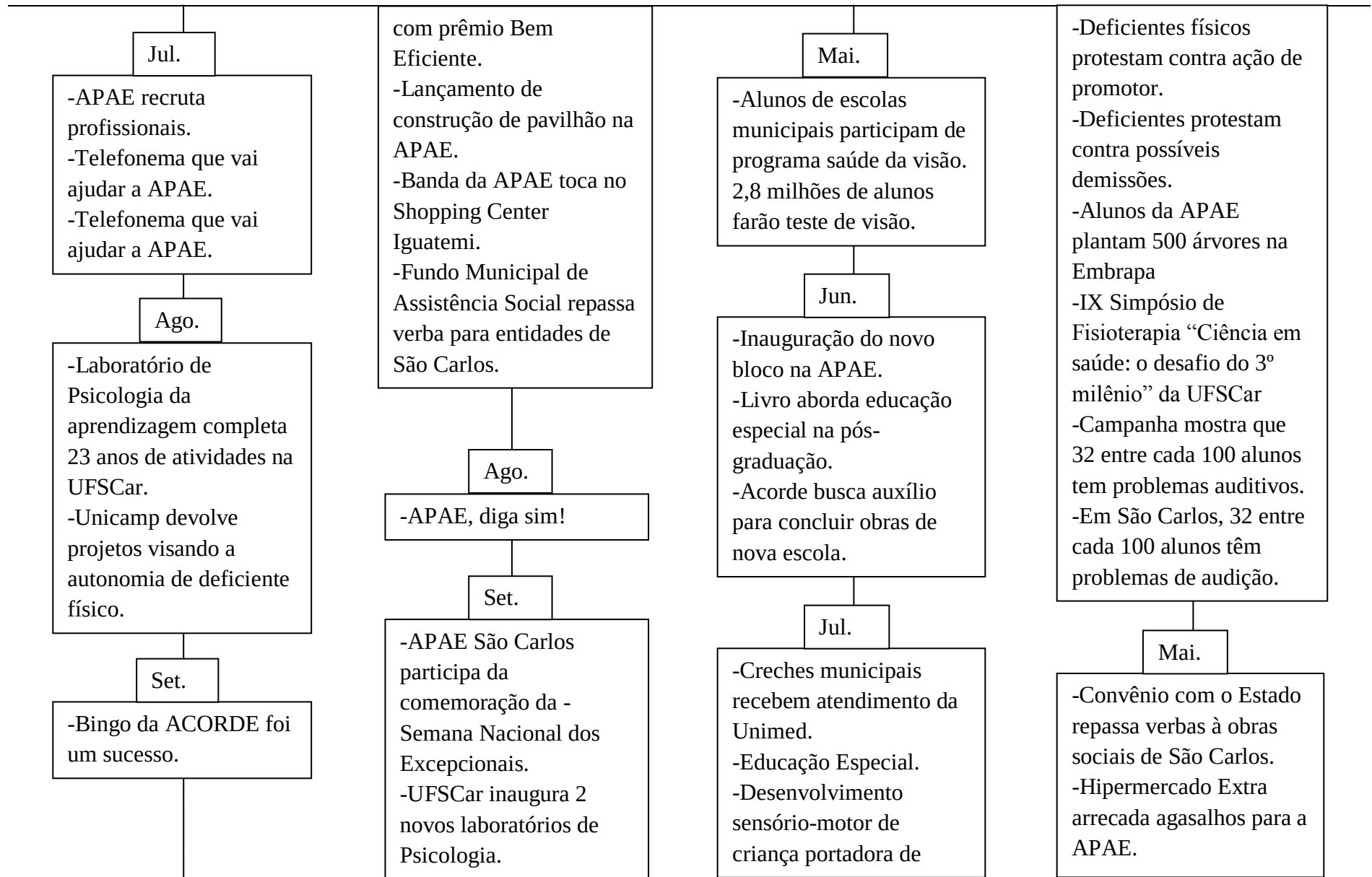
A partir desse panorama geral que nos permitiu identificar os caminhos da Educação Especial no município no período analisado, foram selecionadas as matérias relacionadas à educação e às associações municipais que contemplam ações educativas direcionadas às pessoas com deficiência, e que fazem parte da constituição da história da Educação Especial no Município para uma análise qualitativa das mesmas. O critério estabelecido para a seleção das matérias elegíveis consistiu no enquadramento das matérias nas seguintes categorias de análise: educação (ED), associações para pessoas com deficiência (APD), universidade e pesquisa (UP) e associação de pessoas com deficiência (ADD). Este critério foi estabelecido devido à compreensão de que apenas as matérias enquadradas na categoria educação, não abarcariam a totalidade e a complexidade da Educação Especial, que envolve também outras temáticas para além da educação, visto que historicamente os serviços de atendimento educacional especializado no Brasil, estiveram atrelados a questões referentes à filantropia, reabilitação e prevenção, tanto nas políticas nacionais quanto nas práticas desenvolvidas nos ambientes escolares. Desta forma, 103 matérias (57% do total inicial) foram consideradas elegíveis para a análise qualitativa e foram submetidas ao procedimento

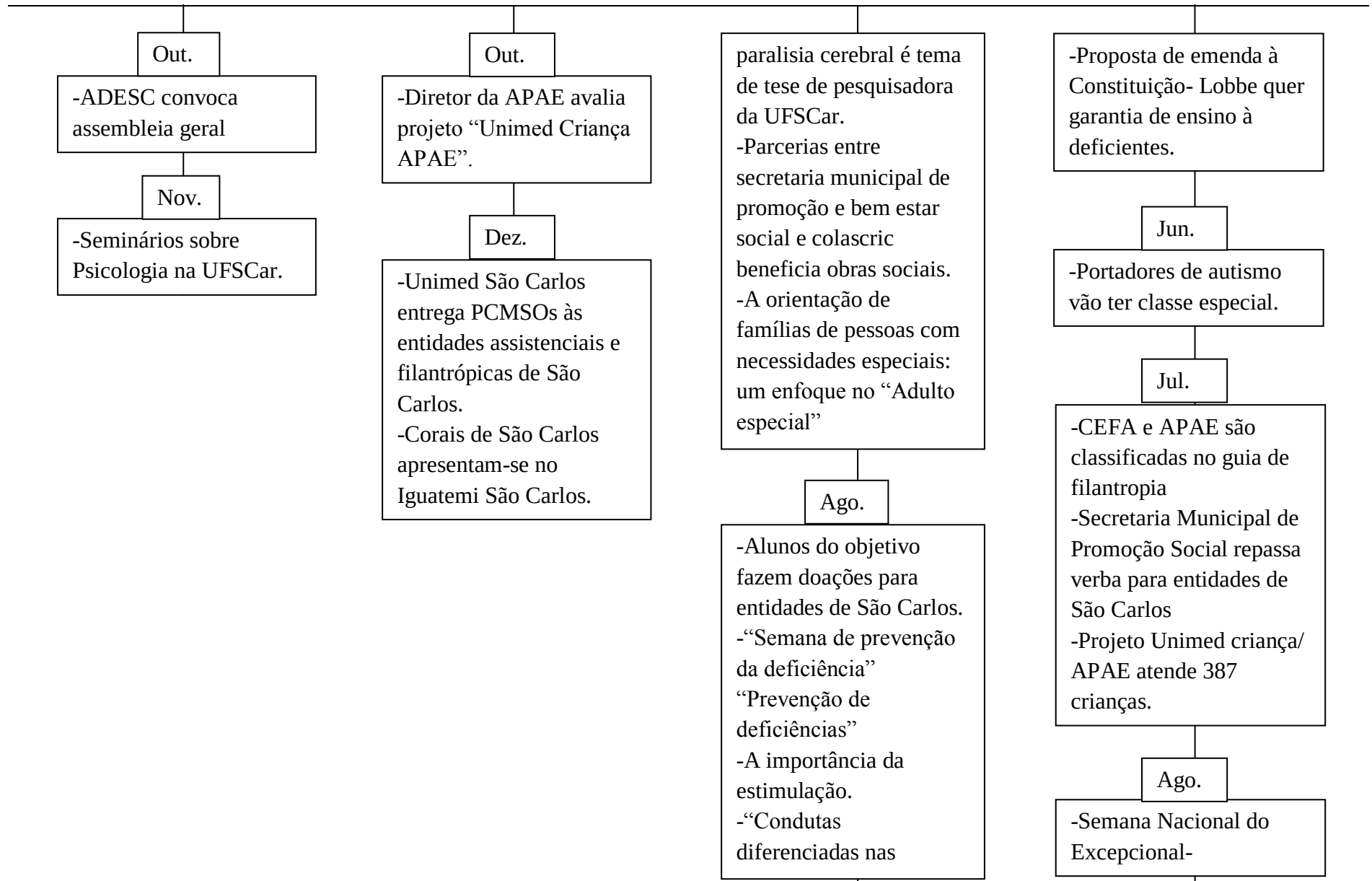
de análise documental, de acordo com conteúdo. As matérias analisadas foram reorganizadas nos seguintes eixos de análise: “a educação especial na educação básica”, “educação especial em São Carlos e as associações para pessoas com deficiência”, “educação especial no ensino superior”.

A figura 1, a seguir, apresenta as datas e os títulos das matérias, de modo a se traçar um panorama geral sobre a história da Educação Especial no município de São Carlos, com base na mídia impressa local, no período de 1997 a 2000.

Figura 7- Linha do tempo: Panorama geral da Educação Especial no Município de São Carlos







de D.M. (deficiência mental) e naquelas com dificuldades de aprendizagem”.

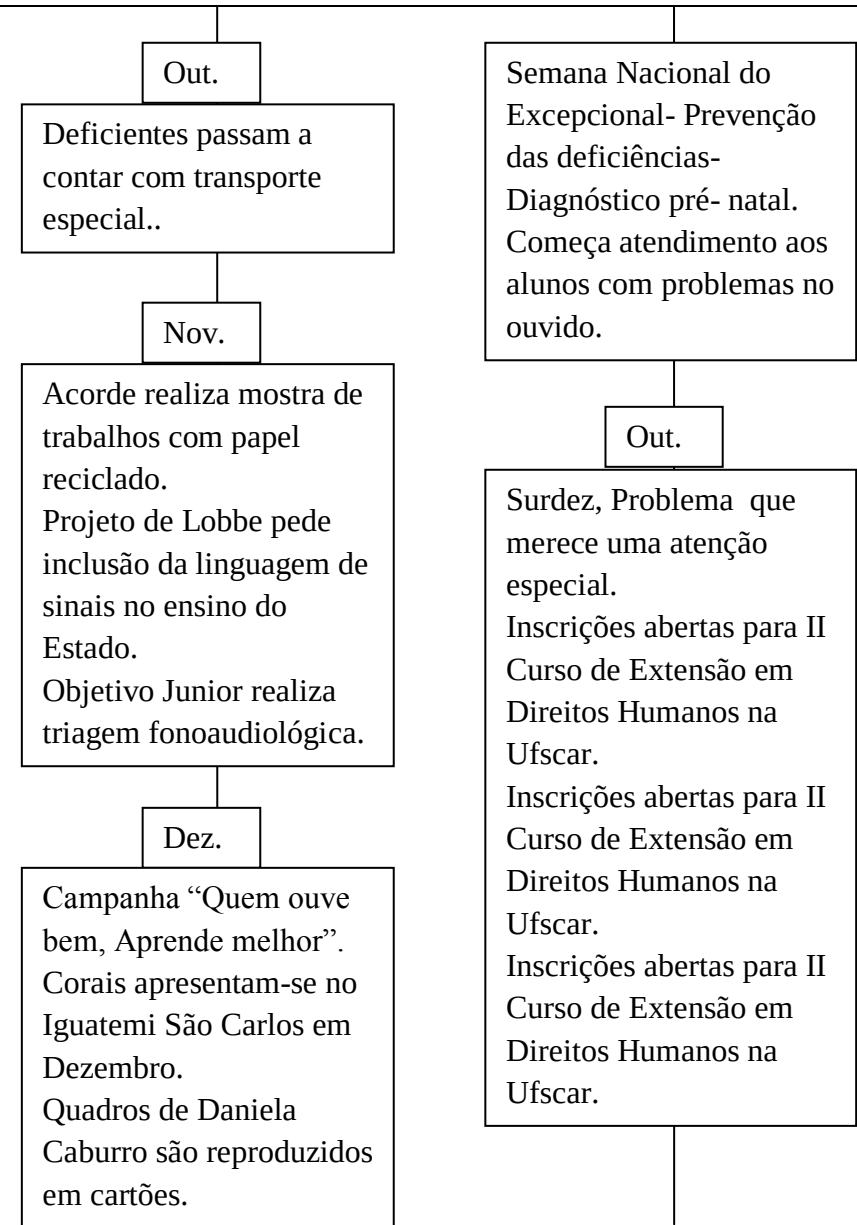
- Educação Especial da prefeitura realiza torneio esportivo.
- Primeiros estágios do desenvolvimento normal.
- Semana da Prevenção das deficiência.

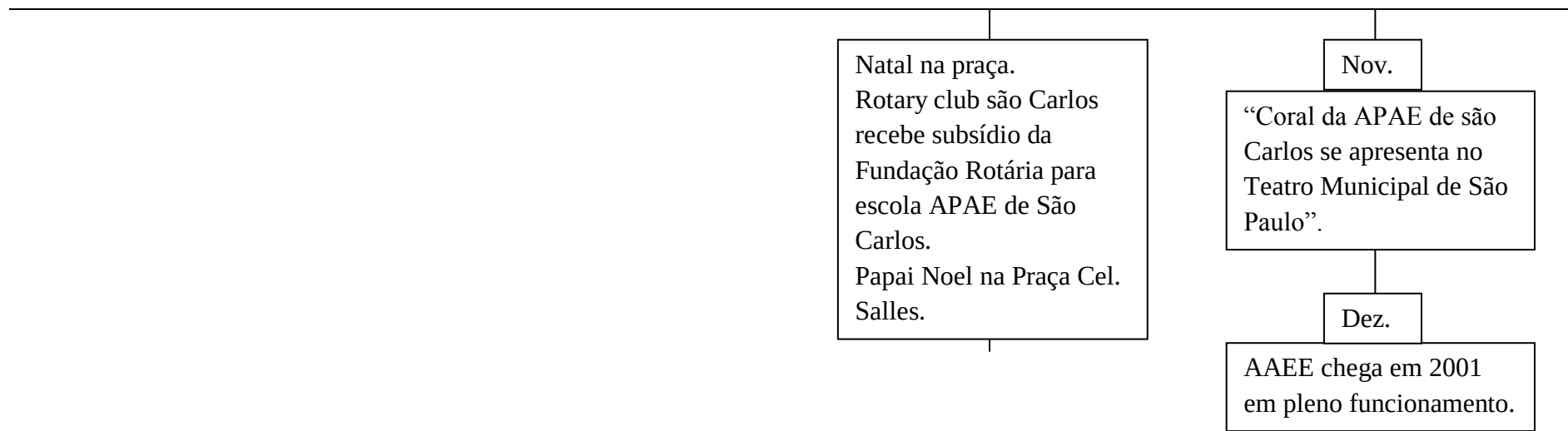
Set.

- I torneio de atividades esportivas da Educação Especial.
- Secretaria municipal de Educação Especial realiza fórum de educação especial.
- Educação Especial é discutida em Fórum Municipal.
- Discutidas necessidades educativas especiais no I fórum sobre o tema.

Prevenção das deficiências- Grupo de mães.

- Semana Nacional do Excepcional- Prevenção das deficiências- O movimento na estimulação infantil.
- Semana Nacional do Excepcional- Prevenção das deficiências- Massagem em bebês.
- Semana Nacional do Excepcional- Prevenção das deficiências- A importância da amamentação natural para a prevenção de alguns distúrbios.
- Semana Nacional do Excepcional- Prevenção das deficiências- Deficiência auditiva- Um problema que merece uma atenção especial.





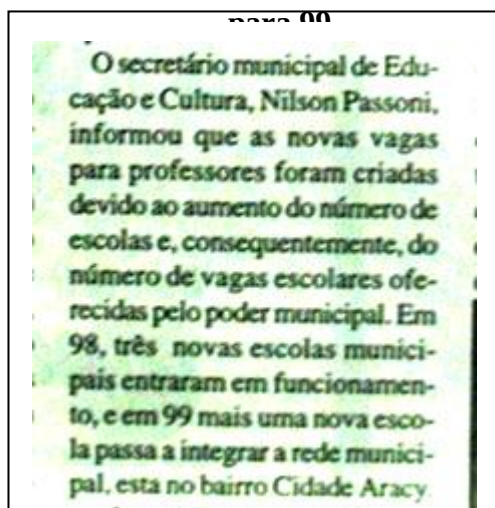
6. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nos quatro anos que sucederam a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), importante marco histórico e normativo para as atuais políticas de inclusão escolar, 27 matérias veiculadas na mídia impressa estiveram relacionadas à educação básica. Após uma análise sistemática, estas matérias foram organizadas em categorias conforme o conteúdo abordado. Neste eixo de análise, Educação Básica, foram identificadas quatro categorias de análise do conteúdo, sendo elas: Educação Pública, Eventos de Formação Profissional, Prevenção e Triagem, e Atividades Extra Curricular.

6.1 Educação Pública

No mês de janeiro de 1999, a mídia divulgou a ampliação de vagas para professores na rede municipal de ensino, com vagas para professores concursados e contratados. A matéria forneceu as orientações e os critérios para os interessados em participar do processo seletivo. Dentre as vagas criadas estavam aquelas para professores de: educação infantil, ensino fundamental- primeiro ciclo, ensino supletivo e educação especial. As vagas para professores de educação especial foram para contratação em “caráter temporário”. A ampliação do quadro de professores da rede municipal se deu devido à criação de novas escolas no município, conforme o excerto a seguir:

Figura 8- Secretaria Municipal de educação amplia seu quadro de professores



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 19/01/1999.

Na literatura nacional não foi possível encontrar estudos que versassem sobre as dificuldades relacionadas à contratação temporária, mostrando assim uma lacuna de investigações a respeito dessa temática. No entanto, sabe-se que o regime de trabalho em contratação temporária, tem as seguintes implicações: rotatividade dos professores, desestabilização profissional e prejuízos na continuidade dos serviços, visto que quando o professor está qualificado, seu contrato vence e novo professor assume o cargo, iniciando novo processo de demanda por capacitação e qualificação do profissional.

Meses depois, em abril, foi noticiado que o vereador Equimárcilias de Souza Freire (PTB- Partido Trabalhista Brasileiro) entrou com uma solicitação à prefeitura de São Carlos para a construção de duas escolas municipais, sendo uma voltada para alunos com deficiência física. Conforme a matéria a seguir:

Figura 9- Freire pleiteia escola no Jd. Gonzaga e ensino para crianças deficientes



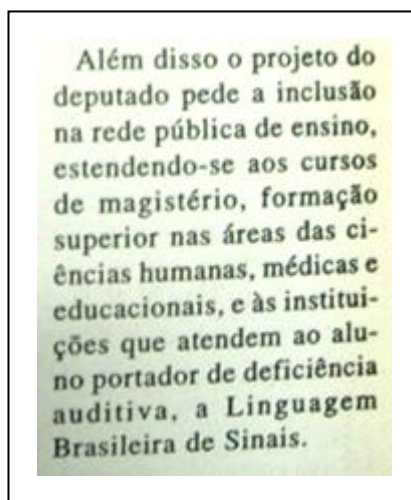
Fonte: A Folha, São Carlos. Data:11/04/1999.

A iniciativa do vereador, segundo a matéria veiculada, aparenta ser uma boa iniciativa para atender as especificidades dos alunos com deficiência física, uma vez que houve o reconhecimento da precariedade das condições de ensino a este alunado. No entanto, considerando o contexto sócio-histórico deste período em que as discussões sobre a importância da inclusão escolar estavam afloradas, a proposta de uma escola especial aparece-nos destoante desta realidade, na qual se pensava que uma escola especial, ou seja, em contexto excludente. Permanece a visão, assim como no início da história da Educação Especial, de que alunos com deficiência necessitam de contextos exclusivos para o sucesso do processo escolar. (falar sobre o princípio de inclusão escolar colocar um autor referencia).

Nos meses de agosto e setembro de 1999, uma matéria em cada mês, foi veiculada pela mídia sobre o “I Torneio de Atividades Esportivas da Educação Especial”, promovido pela Seção de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e realizado no ginásio do Sesi. De modo geral, ambas as matérias trouxeram o mesmo conteúdo, no entanto uma antecedeu o evento e a outra o sucedeu. O torneio realizado foi organizado pelos professores de educação física, estagiários do curso de Educação Física e Motricidade Humana da UFSCar e professores da educação especial, que lecionavam nas classes especiais municipais. As atividades esportivas desenvolvidas envolveram jogos de: dama, dominó, xadrez, futsal, voleibol e basquete. As diferentes atividades realizadas buscavam estimular o desenvolvimento de diversas habilidades cognitivas e físicas, dos alunos participantes que estudavam nas “classes especiais” do município para deficiência visual e deficiência auditiva.

Em novembro, o deputado Lobbe Neto (PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro) apresentou um Projeto de Lei, à Assembleia Legislativa, para o atendimento adequado das pessoas com deficiência, sobretudo o atendimento educacional às pessoas com deficiência auditiva. O Projeto de Lei solicitou o reconhecimento oficial da LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais, como meio de comunicação e de uso recorrente das pessoas com deficiência auditiva. O deputado reconheceu e defendeu a necessidade de intérpretes capacitados para atuar nas repartições públicas no atendimento ao público, para que esta população tivesse maior autonomia e seus direitos fossem garantidos.

Figura 10-FESC participa de convênio que atende crianças com deficiência física e de aprendizagem



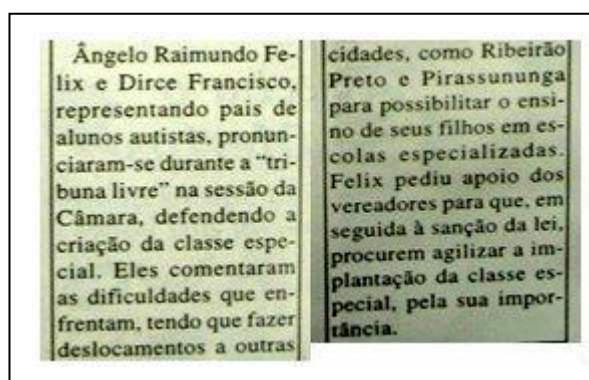
Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 17/11/1999.

Aos alunos com deficiência auditiva/ surdez a LIBRAS é fundamental para a aquisição dos conceitos e apropriação dos conhecimentos escolares, no entanto a inclusão de uma nova língua no contexto escolar é bastante complexa, e envolve diversas transformações no espaço escolar e nas práticas pedagógicas, além da necessidade primordial de profissionais capacitados para o ensino e fluentes na língua sinais. No Brasil, o reconhecimento da LIBRAS como língua própria da comunidade surda se deu apenas em 2002, com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, nas qual defini-se:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Em 2005, o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro vem a regulamentar a Lei nº 10.436, que entre outras questões, dispõe sobre a formação de professores para o ensino de pessoas surdas utilizando a LIBRAS como meio de comunicação, sobre a formação de intérpretes LIBRAS- Português, e sobre a educação da pessoa surda (BRASIL, 2005). Assim, pode-se observar que a proposta de reconhecimento da LIBRAS e seu uso e difusão no ambiente educacional, defendida pela matéria veiculada em 1999 no jornal A Folha, de São Carlos, compõe a trajetória de lutas da comunidade surda para o reconhecimento da língua de sinais no Brasil, como meio legítimo de comunicação da pessoa surda. No mês de junho de 2000, foi noticiada a aprovação da abertura de uma classe especial para alunos com autismo pela Câmara Municipal de São Carlos, mas que ainda aguardava a sanção do prefeito João Otávio Dagnone de Melo. O Projeto de Lei que propôs a abertura da classe foi de autoria do vereador Azuaite Martins de França (PPS- Partido Popular Socialista). Para a abertura da classe especial no município o projeto autorizou a contratação de profissionais especializados suficientes para atender a demanda de alunos com autismo no município. O início das atividades da classe especial foi previsto para até 180 dias após a publicação da lei. A aprovação deste projeto de lei consistiu em uma conquista, na qual os pais de pessoas com autismo estiveram engajados e foram em busca de seus direitos, conforme se constata no trecho a seguir:

Figura 11-Portadores de autismo vão ter classe especial



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 18/06/2000.

Conforme o trecho mostra, os pais de pessoas com autismo em idade escolar buscaram apoio junto aos vereadores para que o acesso à educação pública de qualidade no município, pois muitos deles faziam o atendimento educacional especializado em outros municípios, indicando a importância da conscientização e mobilização da população pela garantia de seus direitos. No entanto, há de se destacar que o movimento adotado para a criação de uma classe especial para alunos com autismo, ou seja, um ambiente segregado, confronta com a filosofia de educação inclusiva, recentemente adotada no país pelo Ministério de Educação.

O movimento de organização dos pais para a reivindicação para a educação de seus filhos com autismo foi um fato relevante, pois estes foram ao setor público reivindicar o que lhe são de direito e dever do estado, conforme assegurado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994) e a LDB (BRASIL, 1996).

Atualmente considera-se que a inclusão escolar do público alvo da educação especial, em escolas e classes regulares seja a melhor alternativa, mesmo havendo divergências entre alguns teóricos sobre como fazer isso. No entanto, esta concepção é datada, pois em outros momentos históricos, como se observa na história da Educação Especial, acreditava-se que outras formas de atendimento, inclusive em ambientes segregados, fossem a melhor alternativa para este público.

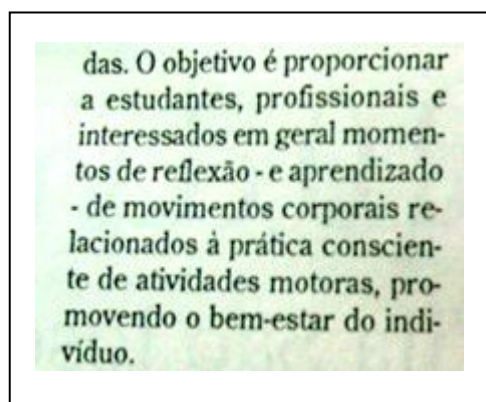
Assim, como pode ser observado na matéria veiculada, na época, com todo discurso sobre inclusão escolar em ebulição no país, se concebia no âmbito do município que as classes especiais e escolas especiais fossem a melhor e a desejada alternativa para o atendimento educacional especializado.

6.2 Educação Especial e os Eventos de Formação Profissional em São Carlos

Nas páginas do jornal A Folha, do município de São Carlos, em relação à educação especial municipal, a temática da formação e capacitação profissional para a atuação juntos aos alunos com deficiência foi recorrente nos anos de 1997 e 1999.

Em abril de 1997, a mídia divulgou a programação do evento de formação intitulado “I Simpósio SESC São Carlos de Atividades Físicas Alternativas e Adaptadas” promovido pelo SESC (Serviço Social do Comércio) de São Carlos, cujo objetivo consistiu em ofertar formação aos profissionais das áreas de educação física, fisioterapia, terapia corporal, dança e técnicas orientais, espaços para a aprendizagem sobre práticas de consciência corporal, conforme ilustra o excerto a seguir:

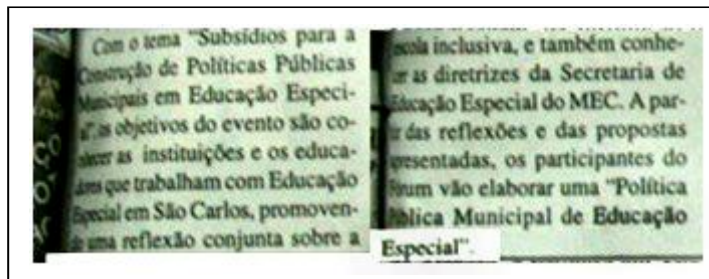
Figura 12- SESC realiza simpósio de atividades físicas alternativas e adaptadas



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 01/04/1997.

No ano de 1999, a mídia fez realizada uma grande divulgação do “I Fórum Municipal de Educação Especial- Subsídios para a construção de políticas públicas municipais em educação especial” promovido pelo Departamento Municipal da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Especial- MEC, no mês de setembro do ano referido, com a veiculação três matérias, que versavam sobre os objetivos, a programação e as instituições envolvidas na realização do Fórum, conforme o excerto a seguir extraído da segunda matéria veiculada:

Figura 13- Educação Especial é discutida em Fórum Municipal



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 16/09/1999.

Diversas instituições municipais participaram do "I Fórum Municipal de Educação Especial", dentre elas o jornal informou a participação da APAE, da ADESC, FESC (Fundação Educacional de São Carlos), da Escola Paralelo- Espaço de Aprendizagem, da instituição de Educação Especial Passo a Passo, do curso de pedagogia da Asser e da UFSCar, do Programa de Pós-graduação em Educação Especial PPGEES- UFSCar e do serviço de Psicologia da Unidade de Educação Especial- Núcleo de Atenção e Pesquisa de Saúde. Como há de se perceber, diversos segmentos da sociedade civil estiveram envolvidas nas discussões traçadas sobre os desafios e as perspectivas para Educação Especial no Município, sob a perspectiva da Educação Inclusiva. Os trabalhos desenvolvidos nos três dias se deram a partir de apresentações de painéis, debates e mesas redondas, conforme ilustra a figura abaixo:

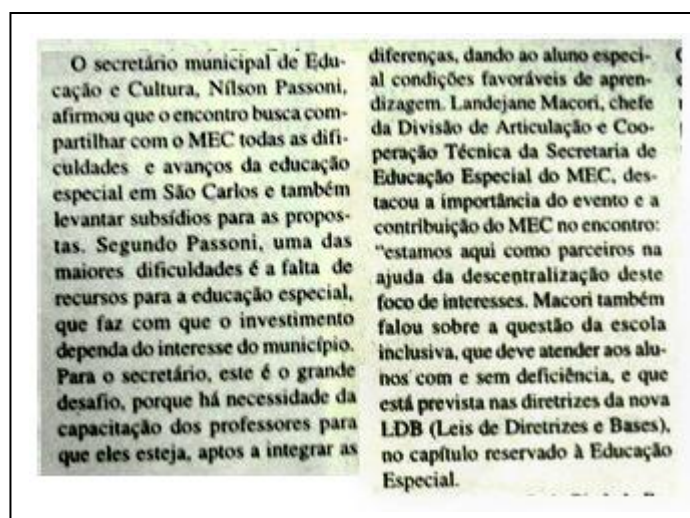
Figura 14- Secretaria municipal de Educação Especial realiza fórum de educação



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 11/09/1999.

Destaca-se que as apresentações, os debates e as palestras realizadas pelas entidades ali representadas, contribuíram para embasar a construção do plano municipal para o desenvolvimento das atividades de educação especial. Este é um fator importante para a elaboração do plano de ação municipal, pois a partir das demandas identificadas as medidas a serem planejadas deveriam responder adequadamente a demanda municipal. Além das atividades que visaram à construção do plano de ação municipal, este evento deu abertura ao curso de formação aos professores da rede municipal de ensino, com o objetivo de capacitá-los para o trabalho junto aos alunos alvo da educação especial. Esta iniciativa faz-se importante, pois um dos desafios identificados refere-se à formação e à capacitação dos docentes para a atuação junto aos alunos alvo da educação especial, juntamente com a falta de recursos e os baixos investimentos neste setor, conforme o excerto a seguir:

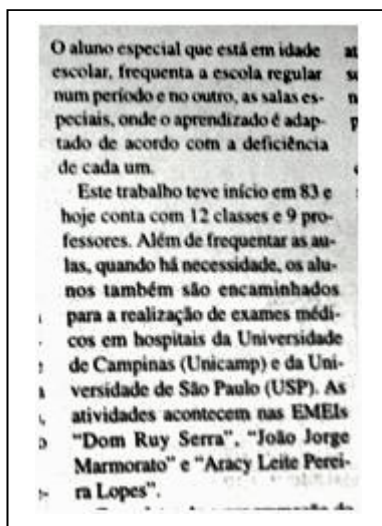
Figura 15- Educação Especial é discutida em Fórum Municipal



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 16/09/1999.

Há de se destacar no trecho acima representado, na fala da chefe da Divisão de Articulação e Cooperação Técnica da Secretaria de Educação Especial do MEC, na qual evidencia-se a parceria entre o governo federal e municipal para com os pressupostos da educação inclusiva, conforme a LDB (BRASIL, 1996). Assim, percebe-se que a Educação Especial passa a ser encarada sob a perspectiva da educação inclusiva, entendida como uma modalidade de ensino transversal, complementar ou suplementar ao ensino regular. A segunda matéria veiculada descreve algumas ações municipais existentes na área da Educação Especial pública, na qual descreveu que:

Figura 16- Educação Especial é discutida em Fórum Municipal



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 16/09/1999.

No trecho acima destacado nota-se que a centralidade da ação educacional estava na deficiência do aluno, de modo a superá-la. Esta prática era comumente utilizada e preconizada pela proposta de integração dos alunos alvo da educação especial, na qual os alunos precisavam se adequar ao sistema de ensino, e o trabalho pedagógico e clínico voltava-se para a correção da deficiência (JANNUZZI, 2012). Atualmente compreende-se que as ações pedagógicas devem estar centradas nas capacidades dos alunos com o objetivo de potencializá-las, contribuindo assim para o sucesso da inclusão escolar, além da necessidade de reflexão sobre os aspectos educacionais que precisam ser adequados às especificidades dos alunos.

No município os alunos alvo da educação especial estavam sendo inseridos na rede regular de ensino, recebendo atendimento educacional especializado em salas de recursos, havendo neste período 12 classes para atender este alunado na rede municipal. Deste modo, pode-se perceber o número limitado e insuficiente de classes e professores para que todos os alunos tivessem a garantia de acesso ao ensino regular no município.

6.3 Prevenção e Triagem

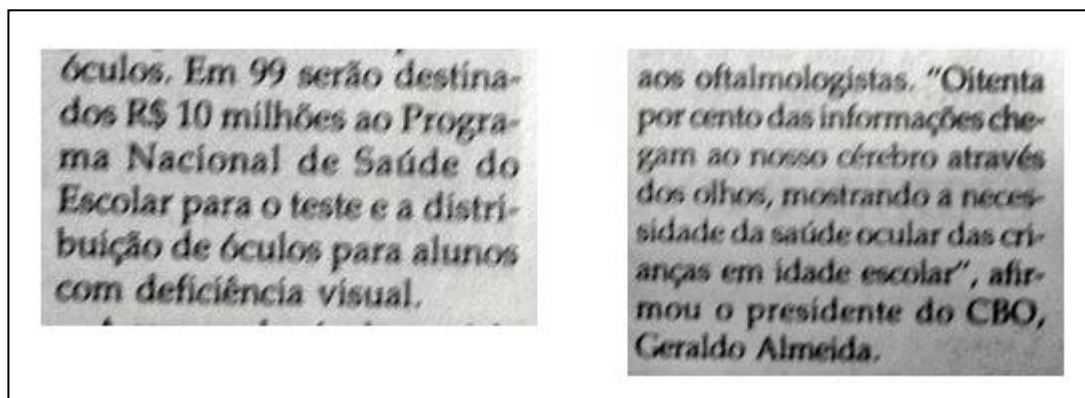
Nos anos de 1999 e 2000, os últimos anos investigados por esta pesquisa, a mídia veiculou a iniciativa do poder público municipal na realização de um programa de

prevenção e triagem, com o objetivo de identificar alunos com dificuldades sensoriais, auditiva e visual.

Em maio de 1999 a matéria divulgou o “Programa de Prevenção à Cegueira”, reimplantado pelo prefeito João Otávio Dagnone de Melo no início de seu mandato, em 1997, que atenderia os alunos da rede municipal de ensino, na educação infantil e no ensino fundamental. A matéria ressalta que nos anos de 1997 e 1998 os alunos matriculados na rede municipal de ensino participaram do programa, após a realização de um levantamento dados apontavam que 10% dos alunos apresentavam alterações na visão, de casos mais simples aos mais complexos. Um médico participante do programa falou ao jornal a respeito da importância do diagnóstico precoce, das necessidades dos educandos serem identificados e atendidos, tendo em vista o pleno desenvolvimento nas atividades escolares. Os exames de triagem foram realizados nas escolas, e os alunos que apresentavam algum tipo de alteração na visão foram encaminhados para exames clínicos e laboratoriais.

Dias depois, foi divulgado o programa do governo federal em parceria com o Conselho Nacional de Oftalmologia, com objetivo similar ao programa municipal citado anteriormente, que atenderia cerca de 2,8 milhões de alunos matriculados no primeiro ano do ensino fundamental, de cidades brasileiras com mais de 50 mil habitantes.

Figura 17- 2,8 milhões de alunos farão teste de visão



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 14/05/1999.

Parte do valor da verba reservada ao programa foi destinada para a aquisição e doação de óculos para os alunos necessitados, inclusive aos alunos com deficiência visual, segundo a matéria. E logo adiante, o presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia-CBO deixou em sua declaração a sua concepção da importância dos estímulos visuais para a

levada de informações ao cérebro. Sobre estes trechos, acredita-se ser necessário fazer algumas reflexões.

Primeiro sobre a doação de óculos para alunos com deficiência visual, pois ainda que nas entrelinhas pode deixar a mensagem que aos alunos com deficiência visual basta ser entregue óculos para a reparação do problema visual que este alunado teria melhores condições de aprendizagem. Deste modo, toda a especificidade e complexidade existente no processo de escolarização dos alunos com deficiência visual, cegueira e baixa-visão, fica diluída com o enfoque dado na matéria.

Outra questão refere-se à possibilidade de ter acontecido um equívoco no uso do termo deficiência visual, empregado de modo genérico ou sem estar amparada pelas definições legais ou cientificamente aceitas. Nem todos os alunos que necessitam fazer o uso de óculos tem deficiência visual, ao mesmo passo que nem todos os alunos com deficiência visual necessitam de óculos. Em relação à declaração dado pelo presidente da CBO, em pessoas videntes à aquisição do conhecimento e obtenção das informações e estímulos estão relacionados principalmente à visão, mas em pessoas com deficiência visual as demais vias sensoriais exercem um papel fundamental na aquisição dos conhecimentos, tanto os cotidianos quanto os escolares (NUMBERG, 2008).

No final do ano de 1999, em dezembro, o jornal veiculou uma matéria sobre a “Campanha quem ouve bem aprende melhor”, do governo federal que também atendeu os alunos do primeiro ano de ensino fundamental de escolas estaduais e municipais com população superior a 50 mil habitantes, com o objetivo de identificar e prevenir a deficiência auditiva. A triagem realizada nas escolas públicas, foi realizada pelos professores após o recebimento de kit contendo: duas fitas de vídeo, uma com a explicação sobre as dificuldades que as crianças com problemas auditivos apresentam, e outra com a explicação dos procedimentos da triagem; uma cartilha do professor; rascunho para realizar a pré-triagem; formulário para anotar os resultados; e um cartaz ilustrativo sobre a campanha. Após a triagem realizada nas escolas, os alunos com indicativos de problemas auditivos seriam encaminhados para a realização de exames clínicos, com otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos. Além da triagem realizada pelos professores, a campanha objetivava informar os alunos sobre formas de prevenção da deficiência auditiva. Sobre as expectativas quanto as ações que seriam adotadas para o próximo ano com os alunos participantes, esperava-se o recebimento de um caderno recreativo para colorir, pode-se verificar através do seguinte excerto:

Figura 18- Campanha “Quem ouve bem, Aprende melhor”



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 03/12/1999.

Como há de se perceber, nas ações descritas não há menção alguma sobre os aspectos educacionais que seriam desenvolvidos para os alunos identificados com deficiência auditiva. Novamente, a matéria veiculada pela mídia impressa não trata da especificidade da educação dos alunos com deficiência auditiva. Questiona-se ainda a efetividade de campanhas de prevenção da deficiência auditiva direcionadas exclusivamente para escolares.

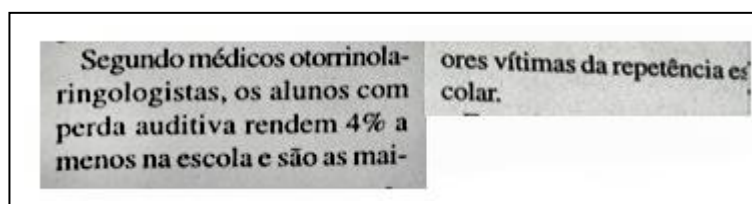
Em fevereiro de 2000, através de duas matérias foram noticiados os resultados do programa “Prevenção a Cegueira” do governo municipal, a mídia destacou a importância e abrangência do programa no ano anterior, e divulgou a continuidade do programa nas escolas municipais durante o ano letivo. Em março foi noticiado os resultados da campanha “Quem ouve bem, aprende melhor”. No município de São Carlos foram identificados 436 alunos com problemas auditivos, dentre os 1.340 alunos participantes do programa, nos meses de outubro a dezembro do ano anterior, 1999. Nesta matéria foi divulgado que aos alunos com problemas auditivos próteses auditivas seriam doadas.

Figura 19- Saúde e Educação



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 20/03/2000.

Figura 20- Em São Carlos, 32 entre cada 100 alunos têm problemas de audição



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 25/04/2000.

Nos trechos extraídos, nota-se a mesma conotação da matéria sobre prevenção da deficiência visual, expresso pelas palavras do presidente da CBO. As questões educacionais e as problemáticas que envolvem a educação dos alunos com deficiência auditiva, foram colocadas como consequência da condição de deficiência do aluno, ou seja, segundo a reportagem o aluno não aprende porque ele tem uma deficiência que o impede. Como o próprio nome da campanha ("Quem ouve bem, aprende melhor") sugere, reforça-se a concepção da deficiência centrada no aluno e limitadora da aprendizagem e do bom desempenho escolar. Estas concepções estão atreladas ao modelo clínico médico que enfatiza

a necessidade de reparação, cura do indivíduo, e à perspectiva de integração educacional que cabe aos alunos com deficiência de adaptarem-se as condições e modelos de ensino vigentes. De fato, se as condições de ensino não são adequadas ao atendimento das diferenças e especificidades dos educandos, o processo de ensino aprendizagem estará comprometido. Por isso na perspectiva de inclusão escolar defende-se o processo inverso, na qual as escolas devem realizar as adaptações necessárias para que os alunos aprendam, e as deficiências são encaradas como diferenças e não limitadores.

Em abril, os resultados da campanha continuaram sendo notícia na mídia impressa, reforçando as informações contidas na matéria anterior. No mês de agosto, houve uma matéria intitulada “Começa o atendimento aos alunos com problemas no ouvido”, com conteúdo semelhante as demais matérias sobre o programa, tratando dos objetivos e resultados. O atendimento oferecido aos alunos foi essencialmente clínico, com acompanhamento e tratamento com otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos, e nos casos de deficiência mais acentuada os alunos seriam submetidos a procedimentos cirúrgicos, principalmente de implante coclear. Cabe ressaltar que, nenhuma medida educacional para estes alunos foi noticiada.

7. EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SÃO CARLOS E AS ASSOCIAÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No município de São Carlos, assim como em diversos municípios brasileiros, associações particulares de cunho filantrópico foram criadas para preencher as lacunas deixadas pelo setor público no atendimento às pessoas com deficiência. (D'ANTINO, 1998; MENDES, 2010; JANNUZZI, 2012) Na mídia impressa de São Carlos as associações para pessoas com deficiência tiveram bastante visibilidade no período investigado. As associações de mais destaque na mídia foram a APAE e a ACORDE.

A partir do primeiro sistema de análise dos dados as matérias relacionadas às associações para pessoas com deficiência foram identificadas e selecionadas para a análise do conteúdo, pois se compreende a importância dessas associações no cenário da educação especial no município, que para muitos se constituem na referência do atendimento especializado, dada a omissão do setor público.

Estas matérias foram reorganizadas de acordo com o conteúdo em quatro categorias: filantropia, assistência municipal, eventos culturais e informativos educacionais e de saúde, que serão descritos e discutidos a seguir.

7.1 Filantropia

Na história geral da Educação Especial, houve diversos períodos de encaminhamentos da sociedade frente às pessoas com deficiência. Em determinado momento histórico, na Idade Média, com o advento do cristianismo, as pessoas com deficiências passaram a ser vistas como seres que careciam de cuidados, e a caridade e a benevolência eram a base das ações para esta população. Assim, a filantropia e o assistencialismo passam a constituir o campo que atualmente denomina-se Educação Especial, e até os dias atuais não foram desprendidos (MENDES, 2010b). De acordo com D'antino (1998), o poder e a filantropia constituem-se como pilares de sustentação das associações para pessoas com deficiência, pois são entendidas “como forças que se movem em direção à manutenção do *status quo* institucional” (p. 46)

Em 1997, no mês de Julho duas matérias, curtas e objetivas, foram veiculadas pela mídia solicitando a colaboração da população com doações para APAE, que adotou um

sistema de telemarketing para que mais pessoas pudessem ser contatadas, com isso, a instituição poderia obter mais doações. Conforme apontado e discutido por D'antino (1998):

A atuação tradicionalmente marcada pelo assistencialismo, tendo como palavras-chave a caridade, a benemerência e a filantropia, fez destas associações o veículo de manutenção destes valores, através do constante apelo a “consciência cristã” das pessoas.

O papel do *marketing* destas associações, pois intermédio dos diversos meios de comunicação em massa, foi (e continua sendo) determinante para sensibilizar diferentes camadas da população para a questão do atendimento aos “nossos filhos excepcionais e aos filhos de nossos amigos.” (p. 41)

Assim, percebe-se a importância da mídia impressa para a divulgação dos apelos feitos à sociedade civil à filantropia e a caridade, como forma de sensibilizar a população.

Figura 21- Telefonema que vai ajudar a APAE

Telefonema que vai ajudar a APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Carlos - APAE está precisando mais uma vez da ajuda da população. Desta vez, a Diretoria resolveu implantar o sistema de tele-marketing para que mais pessoas colaborem. São hoje 320 alunos sendo atendidos na entidade e uma lista de espera de 50 pessoas.

Segundo a presidente da APAE, Sra. Gabriela Alves Margarido Zanollo, “a campanha visa obter recursos para elevar o número de assistidos, mantendo, porém, o mesmo padrão de qualidade. Estamos sempre em busca de recursos para melhor atendimento aos alunos e para eliminar a lista de espera”.

Maiores informações podem ser obtidas na sede da APAE, Av. Professor Luiz Augusto de Oliveira, 465 - Vila Celina, ou pelo telefone 272-2421.

Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 31/07/1997.

De acordo com as informações obtidas, na matéria acima, neste período 320 alunos estavam sendo atendidos pela associação, e 50 pessoas aguardavam na lista de espera, sendo que o valor arrecadado pelas doações seria destinado a ampliar o número de vagas na instituição, mantendo a qualidade dos serviços ofertados.

No mês de setembro, o evento beneficente realizado pela ACORDE foi manchete na mídia. O Bingo foi realizado nas dependências da ABASC- Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos, e a presidente da associação agradeceu a presença

dos participantes que possibilitaram o sucesso do evento. Destaca-se que, a maior parte do conteúdo abordado na matéria referiu-se à caracterização da instituição.

Em maio de 1998, outro evento de cunho beneficente foi divulgado pela mídia. O evento reuniu músicos e poetas locais, no São Carlos Clube e foi promovido pela Biblioteca Comunitária da UFSCar, Rotary Club São Carlos, Rotaract Club, Interact Club e pela diretoria cultural do São Carlos Clube. O evento aberto ao público foi a preços populares e todo o valor arrecado seria revertido para a ajudar APAE.

Figura 21- Telefonema que vai ajudar a APAE



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 26/05/1998.

Conforme apontado por Jannuzzi (2012) além da arrecadação da contribuição de pessoas, empresas e os convênios com o setor público, as instituições comumente realizam festas e eventos beneficentes para angariar mais fundos. Como observou-se, esta prática foi recorrente no município de São Carlos.

Ainda neste mês a APAE esteve nas páginas dos jornais, mais três vezes, por ter recebido o prêmio “Bem Eficiente”, um importante prêmio que tinha como objetivo reconhecer, incentivar e divulgar o trabalho desenvolvido por entidades assistenciais e filantrópicas de todo o Brasil.

Figura 22- Prêmio bem eficiente.

O prêmio Bem Eficiente é o mais rigoroso da área e seus resultados são auditados pela empresa de auditoria Price Waterhouse, a fim de certificar que não houve favoritismo, influência política ou subjetivismo na escolha.

Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 26/05/1998.

A cada edição do prêmio 50 entidades eram premiadas, pela eficiência dos serviços prestados e da administração. A APAE de São Carlos foi pela quarta vez contemplada pelo prêmio, fato que atribuiu prestígio e segundo a matéria, elevava o nome da entidade municipal que atendia cerca de 500 pessoas com deficiência. Na solenidade de entrega da premiação a esposa do fundador da APAE e administradora da associação a senhora Mildred B. Passeri esteve presente e recebeu o prêmio. Dois dias após a premiação a vereadora Diana Cury (PMDB) se pronunciou parabenizando a associação municipal, na qual declarou:

Figura 23- Diana aplaude entidades com prêmio Bem Eficiente.

"As instituições demonstraram trabalho e empenho em suas áreas de atuação, dentro de uma estrutura profissional e competente, operando com custo administrativos baixos, com transparência e supervisão externa, de forma a garantir a sua perpetuação como entidade beneficente", afirma a vereadora, que ressalta que a premiação "é motivo de grande orgulho para nossa cidade".

Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 27/05/1998.

Também no mês de maio, a mídia noticiou o lançamento da construção de um novo pavilhão na APAE, destinado à estimulação essencial de crianças com deficiência múltipla em idade de zero a cinco anos de idade. O caráter filantrópico da matéria se encontra no final, no qual ressaltasse que a realização deste projeto de construção se tornou possível devido à colaboração da população. Neste trecho há uma mensagem sutil de satisfação à população sobre a destinação das verbas arrecadas, reforçando que novas doações fossem realizadas. No Mês de agosto a seguinte matéria foi publicada:

Figura 24- Apae, Diga Sim!!!



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 27/08/1998.

Nesta matéria é possível identificar o mesmo conteúdo da matéria anterior, ou seja, mostrar à comunidade são-carlense a destinação das doações e recebidas, porém nesta de forma explícita foi feito o apelo “[...] quando você receber um telefonema da APAE, Diga Sim!”.

Em julho de 1999, foi veiculada uma matéria sobre a campanha de arrecadação de recursos para a ACORDE, com o objetivo de ampliar as atividades realizadas pela instituição e dar prosseguimento na construção da nova escola, que atenderia cerca de 250 alunos. Posteriormente uma caracterização foi traçada, na qual foram destacadas a importância social da instituição no município e as dificuldades financeiras enfrentadas, ressaltando a necessidade de doações para as atividades da associação se mantenha. Após esta sensibilização, a presidente da associação faz um apelo à população e às empresas para que

contribuam, com dinheiro ou materiais, e ajudem na concretização deste projeto, beneficiando às pessoas com deficiência atendidas. No mês seguinte a ACORDE voltou ser o personagem de mais uma matéria veiculada, na qual o trabalho desenvolvido pela entidade foi divulgado, como se pode observar no seguinte trecho:

Figura 25- Educação Especial



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 06/07/1999.

No mês de agosto uma pequena matéria, de primeira página, divulgou a ação beneficente dos alunos do Colégio Objetivo- São Carlos, que arrecadaram donativos de higiene pessoal e doaram às entidades assistenciais do município, sendo que a APAE foi uma das beneficiadas pela iniciativa.

Em novembro, os trabalhos realizados pela ACORDE foram divulgados novamente pela mídia. A exposição de trabalhos com papel reciclado (agendas e material de papelaria) produzido pelos alunos teve como objetivo mostrar a sociedade que as pessoas com deficiência podem e devem ser produtivas e respeitadas.

No mês de dezembro, foi veiculada uma matéria na qual divulgou mais uma doação feita à APAE, pelo Rotary Club São Carlos, através da Fundação Rotariana, conforme a matéria na íntegra:

Figura 26- Rotary Club São Carlos recebe subsídio da Fundação Rotária para Escola Apae São Carlos



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 12/12/1999.

Em abril de 2000, foi lançado o “Projeto Criança 2000” promovido pela King Produções, que visou beneficiar algumas entidades assistenciais e filantrópicas do município, entre elas a APAE. Foram confeccionadas 80 mil minilistas telefônicas para venda sendo que o valor arrecado seria dividido e entregue as entidades participantes do programa. O diretor de marketing da King Produções disse à imprensa que esta iniciativa também teve o objetivo de conscientizar a população sobre a importância de ajudar as entidades filantrópicas do município. No mês de maio, uma nota de primeira página divulgou a iniciativa do hipermercado Extra na arrecadação de agasalhos para as APAEs, e solicitou a colaboração da população.

No mês de julho, foi veiculada a uma matéria que noticiou a classificação da APAE e da CEFA – Centro de Educação e Formação ao Adolescente, ambas do município de São Carlos, no guia nacional de filantropia. Dentre as 400 entidades a APAE de São Carlos foi classificada em 187º lugar, sendo que na categoria específica para o atendimento a pessoas com deficiência a APAE subiu para 37º lugar. Novamente fica expressa a valorização da mídia impressa do município pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido pela associação junto às pessoas com deficiência.

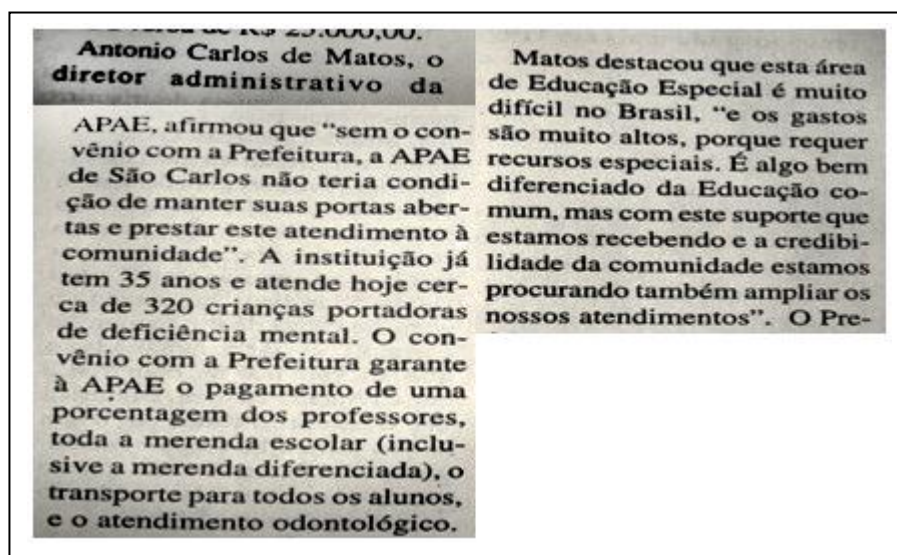
7.2 Assistência e repasse de verba municipal

A legislação prevê e garante o repasse de verbas públicas às instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas (BRASIL, 1988; BRASIL, 1961; BRASIL, 1994; BRASIL, 1996). Na área da Educação Especial, os convênios com as instituições particulares de cunho filantrópico se dá de modo a suprir a carência do setor público no atendimento educacional especializado. No entanto, considera-se que este aspecto reforça a omissão do setor público na oferta de serviços especializados, deixando-os então, sob a responsabilidade do setor privado. Conforme apontado por Mazzotta (1989) *apud* D'antino (1998), historicamente na Educação Especial os recursos públicos foram canalizados em grande parte ao setor privado, principalmente de cunho assistencial e filantrópico.

As associações municipais para pessoas com deficiência, são instituições assistenciais, de cunho filantrópico, que recebem apoio financeiro do município. No período investigado, em especial nos três últimos anos, cinco matérias trouxeram em seu conteúdo o repasse de verbas municipais para entidades assistenciais do município.

Em janeiro de 1998, uma matéria de primeira página, divulgou o rapasse de verbas municipais para algumas instituições assistenciais, e os respectivos valores repassados. A EAPA- Entidade de Assistência e Proteção ao Aidético recebeu R\$ 3.000,00, a APAE recebeu R\$ 12.000,00 e a Santa Casa recebeu R\$ 25.000,00, segundo a matéria as instituições recebiam mensalmente os valores acima. No entanto, todo o restante da matéria se ateve a importância do auxílio para que a instituição continuasse a prestar o seu serviço à população. O prefeito assumiu as limitações do auxílio municipal e reconheceu a relevância e o compromisso social da APAE no município.

Figura 27- Santa Casa, APAE e EAPA recebem apoio da prefeitura.



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 18/01/1998.

Em maio, o fundo de municipal de assistência social repassou a algumas instituições municipais as verbas concedidas pelo Governo Federal e o Estadual. A APAE recebeu a verba repassada pelo Governo Estadual no valor de R\$ 15.000,00. As instituições beneficiadas submeteram seus projetos junto à secretaria de assistência social, que foram aprovados pelo Governo Federal e/ou Estadual.

No ano de 2000, mês de maio, através de um convênio com governo estadual e o Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 301.000,00 seriam repassados a oito instituições assistenciais do município, incluindo a APAE, cujos projetos integravam o Plano Municipal de Assistência Social. Em julho, uma nova matéria foi publicada comunicando novos repasses de verbas municipais às entidades assistenciais e filantrópicas do município, com o intuito de fomentar as atividades e projetos desenvolvidos pelas entidades, conforme o trecho:

Figura 28- Santa Casa, APAE e EAPA recebem apoio da prefeitura..



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 18/01/1998.

7.3 Eventos culturais

Nos anos de 1998 e 2000, matérias que divulgaram eventos e apresentações culturais, envolvendo grupos musicais da APAE. Em maio, a banda da APAE tocou no Shopping Iguatemi, como parte das atividades do *Challenge Day*- Dia do Desafio. Em setembro, foi noticiado que o grupo de dança participou da comemoração da “Semana

Nacional dos Excepcionais” em Mirassol-SP, na qual participou da competição e ganhou o primeiro lugar, nas premiações. Em dezembro de 1998 foi publicada uma matéria e em dezembro de 2000 foram quatro matérias publicadas divulgando a participação do coral da APAE em eventos em comemoração ao natal.

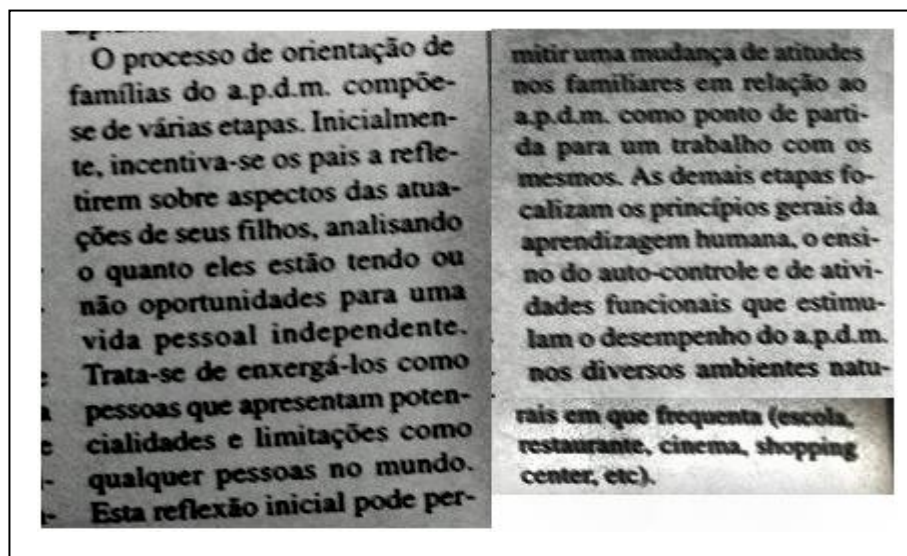
7.4 Informativos Educacionais e de Saúde

Entre os anos de 1999 e 2000, foram veiculadas matérias com conteúdo informativo sobre aspectos educacionais e de saúde das pessoas com deficiência. Há de se ressaltar que a maioria das matérias foi escrita por profissionais de APAE, principalmente devido a “Semana Nacional do Excepcional” comemorada no mês de agosto de cada ano, com exceção a matéria a seguir.

A primeira matéria veiculada, no mês de agosto, iniciou tratando da importância e necessidade da integração social do adulto com deficiência intelectual⁴, ou seja, da participação ampla e ativa das pessoas com deficiência nos diferentes segmentos sociais, de forma independente. A partir de então, foi discutido a importância da família neste processo, pois se concebe que a família é o primeiro grupo social que a pessoa pertence, sendo que a integração no seio familiar é primordial para que ocorra a integração social. Desta forma, um projeto para a orientação das famílias dos adultos com deficiência, apoiado por pesquisas científicas foi desenvolvido na ACORDE, com objetivo de capacitar os familiares dos adultos com deficiência, para que pudessem ser agentes promotores da integração desses sujeitos, conforme o trecho a seguir:

⁴ O termo originalmente utilizado foi “adulto portador de deficiência mental (a.p.d.m)”.

Figura 29- A orientação de famílias de pessoas com necessidades especiais: um enfoque no “Adulto especial”



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 04/08/1999.

No mês de agosto de 1999 e 2000, em decorrência da comemoração da “Semana do Excepcional” durante uma semana, a cada dia uma matéria foi veiculada. Os conteúdos variaram entre as questões relacionadas à educação ou a saúde de pessoas com deficiência, e à prevenção de deficiência, todas escritas por profissionais da APAE- São Carlos.

Em 1999, as matérias trataram sobre as seguintes temáticas: a importância da prevenção das deficiências e as medidas cabíveis; a importância da estimulação das pessoas com deficiência para a promoção de seu desenvolvimento; as condutas diferenciadas de pessoas com deficiência mental e dificuldades de aprendizagem; e os estágios do desenvolvimento humano típico, como forma de alerta sobre possíveis indícios de atraso no desenvolvimento da criança. No ano de 2000, as matérias veiculadas abordaram novamente os temas de prevenção à deficiência e a importância da estimulação das pessoas com deficiência, desde a mais tenra idade.

O conteúdo das matérias veiculadas trouxe, de forma ainda implícita, uma concepção bastante negativa da deficiência que por vezes acaba sendo passada e generalizada a toda pessoa com deficiência. Cabe destacar a matéria intitulada “Surdez, problema que merece atenção especial”, a palavra problema já no título da matéria traz uma conotação negativa em relação à surdez, e o seu conteúdo só traz as implicações e dificuldades decorrentes. Considera-se que sendo estas matérias escritas por profissionais ligados à APAE,

reconhecida como uma instituição de Educação Especial, a mesma poderia trazer e esclarecer aos leitores as potencialidades das pessoas com deficiência, mostrando que há eficiência na deficiência, e quais aspectos e encaminhamentos podem ser adotados para que se atinja o pleno desenvolvimento desta população, como, por exemplo, a eliminação de barreiras físicas e atitudinais. E talvez assim, contribuindo para a desmistificação e o rompimento de concepções negativas das pessoas com deficiência, que são colocadas na condição de incapazes e que precisam sempre de um tutor, e de cuidados.

8. O ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SÃO CARLOS

No período investigado, a educação especial no ensino superior foi tratada em 14 matérias veiculadas pela mídia impressa, sendo 12 matérias relacionadas à UFSCar- Universidade Federal de São Carlos. Após uma análise sistemática do conteúdo das matérias foram identificadas três categorias: promoção de eventos de formação acadêmica; atividades de extensão; e pesquisas.

8.1 Eventos de formação acadêmica

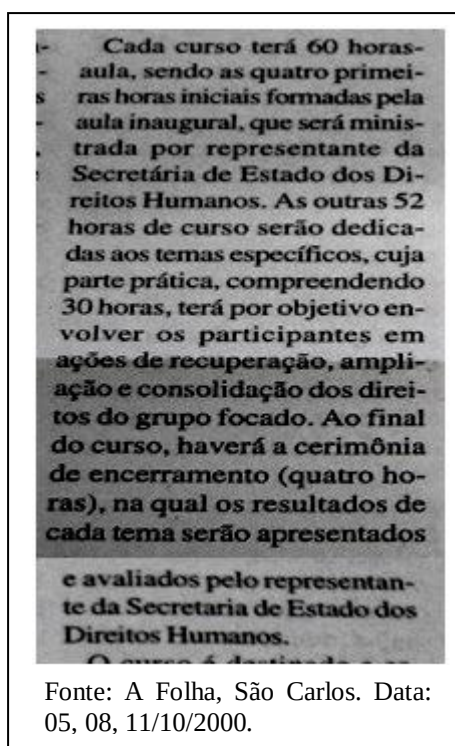
No ano de 1997, em novembro, foi veiculada uma matéria de divulgação do projeto “Seminários do Departamento de Psicologia”, UFSCar, na qual uma série de debates seria realizado às quartas-feiras, na universidade. Os debates tiveram os seguintes temas: “Análise da Produção Científica em Educação Especial”, com a professora Enicéia G. Mendes; “Explorando Procedimentos para o ensino de Leitura a Principiantes”, com a professora Deyse G. Souza; Identificação de Crianças com Necessidades de Atendimento Especial nos primeiros Meses de Vida, com a professora Sylvia R. G. Panico; “Psicografia da Memória” com a professora Susi L. M. Oliveira. Como se pode observar, dos quatro debates que seriam realizados dois tratariam de questões voltadas à educação especial.

Figura 30- Seminários sobre Psicologia na UFSCar



Nos anos de 1998 e 1999, nenhum evento de formação acadêmica, em educação especial ou sobre pessoas com deficiência foi noticiado pela mídia. Em 2000 a programação de dois eventos, também promovidos pela UFSCar, foi noticiada. Nos meses de fevereiro e abril, foi veiculada a mesma matéria com a divulgação de “Simpósio de fisioterapia: Ciência em saúde: o desafio do 3º milênio”, que dentre os cursos oferecidos estavam “Atualização profissional no atendimento ao paciente amputado” pelo professor Nelcy V. N. Simões e o curso “Brincando com a criança portadora de paralisia cerebral” pela professora Marlene Lorenzinni. No mês de outubro, três matérias noticiaram as inscrições para o “II Curso de extensão em direitos humanos”, neste evento um dos temas abordados seria “Crianças portadoras de necessidades especiais”, destinado a familiares e professores, com carga horária de 60 horas:

Figura 31- Inscrições abertas para II Curso de Extensão em Direitos Humanos na Ufscar.



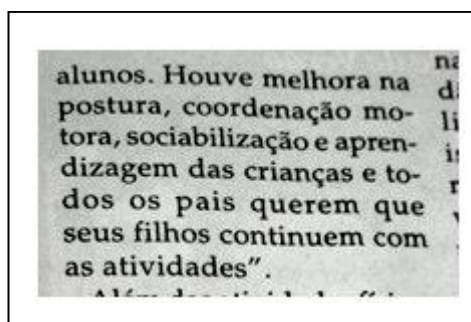
Dentre os eventos divulgados pela mídia, pode-se perceber o engajamento na área de educação especial e outras áreas relacionadas às pessoas com deficiência.

8.2 Atividades de extensão para pessoas com deficiência

Nos anos de 1997, em setembro, e 1998, em fevereiro, e em 1999, em abril, a mídia divulgou com três matérias publicadas o projeto de extensão para pessoas com deficiência, promovido pela UFSCar através do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana e a FESC- Fundação Educacional de São Carlos, com o objetivo de melhorar a condição de vida da criança com deficiência através de atividades físicas. A primeira matéria, publicada em 1997, divulgou o início do projeto que recrutou crianças da rede pública, com deficiência física e distúrbios de aprendizagem, cadastradas em banco de dados municipal. As atividades coordenadas pela professora Ana Cláudia Duarte (UFSCar) foram realizadas nas dependências da FESC, campus Rui Barbosa, devido às melhores condições de acessibilidade física, além da oferta de transporte adaptado aos alunos participantes do projeto, que também foi aberto aos alunos da rede particular de ensino.

A segunda matéria, em 1998, noticiou a formação da segunda turma e a continuidade do projeto, devido aos bons resultados obtidos no anterior, conforme o trecho a seguir com a avaliação da coordenadora do projeto:

Figura 32- FESC e Federal promovem atividades para deficientes.



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 07/02/1998.

A programação do projeto também esteve prevista, com a implementação de passeios culturais na cidade, para estimular a socialização dos alunos com a comunidade. Ao final, foi noticiado o cadastramento e avaliação de novos alunos, com distúrbios de aprendizagem a partir dos seis anos de idade e com deficiência física a partir dos quatro anos, para integrar o projeto. Em 1999, a matéria retomou os pontos principais do projeto, como objetivo e as instituições que promovem o programa. Neste ano o projeto esteve composto por 16 alunos, sendo 12 com distúrbios de aprendizagem e quatro com deficiência física, e estava

com vagas abertas a novos alunos. Nesta matéria os benefícios do projeto foram relatados pela professora, que ressaltou o impacto positivo das atividades do projeto no processo de escolarização dos alunos participantes.

8.3 Pesquisas em educação especial

Em 1999, duas matérias foram veiculadas noticiando pesquisas científicas desenvolvidas. Em junho, foi divulgado o lançamento do livro “Pesquisas em Educação Especial na Pós-graduação”, o qual revisa as dissertações produzidas pelo curso de pós-graduação em Educação Especial/UFSCar, e do curso de mestrado em Educação/UERJ-Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Figura 33- Livro aborda educação especial na pós-graduação.



Fonte: A Folha, São Carlos. Data: 12/06/1999.

No mês de julho, a pesquisa desenvolvida no doutorado da pesquisadora Marlene V. Lorenzini (Departamento Fisioterapia/UFSCar), que teve como objetivo

desenvolver estratégias para a promoção do brincar de crianças com paralisia cerebral, envolvendo às mães neste processo, que além de prazeroso é promotor do desenvolvimento infantil.

Como se pode observar, a UFSCar sobre tudo o PPGEEs teve significativa visibilidade a participação na constituição da história da Educação Especial no município de São Carlos, narrada com base na mídia impressa local.

9. CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos através deste estudo algumas considerações podem ser realizadas sobre os aspectos históricos da educação especial no município de São Carlos, com base nas matérias publicadas no jornal “A Folha”, no período de 1997 a 2000.

Ao longo deste período questões sobre a educação especial e outras temáticas que envolveram pessoas em condição de deficiência (intelectual, visual, auditiva, física e autismo) tiveram visibilidade na mídia impressa. Este é um fato importante, pois revela que a sociedade não esteve indiferente a esta população, a suas necessidades e conquistas, visto que a atenção da mídia pode despertar e conscientizar a população leitora sobre tais questões, dado que, a mídia impressa é um veículo de comunicação em massa que exerce grande influência sobre a formação de opinião e apropriação de informação da população em geral, além de comunicar sobre os acontecimentos e temas de interesse social, em determinado momento histórico.

No âmbito da educação especial na educação básica no município de São Carlos, pode-se perceber o envolvimento do poder executivo e legislativo para que alunos em condição de deficiência tivessem acesso à educação regular pública e ao atendimento especializado para que as especificidades deste alunado fossem atendidas. Tal movimento pode ser identificado, a partir da mídia, apenas nos dois últimos anos investigados, 1999 e 2000. No entanto, através das matérias veiculadas na mídia, não foi possível identificar de forma clara como se organizava o sistema educacional municipal para a promoção da escolarização dos alunos em condição de deficiência na rede pública de ensino.

Nos eventos de formação profissional e capacitação de professores do ensino básico, as discussões estiveram centradas na integração do aluno com deficiência, os benefícios e as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação, mesmo sendo o final da década de 1990 fortemente marcada pelos debates e propostas de educação inclusiva. Somente no encontro de educação especial promovido pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em 1999, o termo educação inclusiva foi utilizado.

Nas matérias publicadas, pode-se ver a parceria entre a área da saúde e educação para a identificação de alunos com deficiências, visual e auditiva, nos anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, há de se destacar: o enfoque clínico e a perspectiva de que a deficiência é uma condição limitadora do processo de ensino aprendizagem, adotados nas matérias veiculadas, mostrando os fortes ranços do modelo clínico e de reabilitação das

peessoas com deficiência em contexto educacional.

Destaca-se que a presença das instituições assistenciais do município (APAE, ACORDE e ADESC) foi fortemente marcada na mídia impressa. Acredita-se que a existência destas instituições no município tenha estimulado tais publicações e a presença desta temática na mídia, além da contribuição para outras iniciativas públicas em relação às pessoas com deficiência, principalmente a preocupação com a acessibilidade e moradia, que contou com a reivindicação dos direitos destas pessoas através das associações, principalmente a ADESC. Cabe ressaltar, que no jornal, não houve matérias veiculadas que mostrassem o engajamento desta associação em relação às conquistas de direito à educação das pessoas com deficiência no município.

Sobre as instituições municipais para pessoas com deficiência, APAE e ACORDE, prevaleceu o cunho filantrópico e assistencial, o qual pode ser observado através da divulgação dos diversos eventos beneficentes, voltados principalmente para a elite da sociedade São Carlense, em que se visava a arrecadação de fundos para as instituições, além de apelos para que a sociedade civil contribuísse com doações para que as atividades da instituição fossem mantidas. Outro aspecto fortemente marcado foi o convenio destas instituições com o Governo Estadual e Municipal, com repasse regulares de verbas públicas às entidades. Na maioria das matérias que envolveram as instituições mencionadas, a mídia ressaltava a relevância social destas para o atendimento às pessoas com deficiência no município.

A UFSCar, também teve destaque na mídia, e compõe a trajetória da educação especial no município. Além dos eventos promovidos que discutiram questões relacionadas à educação especial, mostrou o engajamento social e parcerias com instituições para pessoas com deficiência e com a Secretaria Municipal da Educação, nas quais teoria e prática puderam ser articuladas. Entretanto, pode-se concluir que os trabalhos de pesquisa feitos pela universidade ainda parece pouco divulgado considerando-se que a UFSCar é considerada como um centro nacional de produção de conhecimento e de formação na área de Educação Especial.

Considera-se que, a presente pesquisa para a compreensão da história da Educação Especial no período histórico investigado, 1997 a 2000, contribuindo também para a compreensão da realidade e de alguns fatos que antecederam a política de inclusão escolar, adotada atualmente no município de São Carlos conforme as orientações de diretrizes nacionais. Podendo embasar estudos futuros da área, assim como contribuir

metodologicamente para futuros estudos historiográficos.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de construção e realização desta pesquisa, alguns obstáculos foram enfrentados. O primeiro refere-se à escassez de estudos e pesquisas históricas no âmbito da educação especial, a nível nacional e principalmente em contextos locais. O desenvolvimento do conhecimento científico na área da educação especial tem crescido nas últimas décadas, inclusive no Brasil na qual temos autores referências de estudos nesta área. Entretanto pesquisas sobre a história da educação especial ainda são escassas, principalmente em contextos locais.

O segundo obstáculo refere-se à de coleta dos dados. No primeiro local que primeira etapa da coleta de dados foi realizada, na Biblioteca Municipal da Câmara de São Carlos dispunha de condições precárias de armazenamento e conservação dos jornais, que são importantes registros históricos do município. Na sala, nos fundos da biblioteca, onde os jornais veiculados no município estavam armazenados não havia climatização para a conservação do acervo, e havia vazamento e infiltração de água no local, assim, diversos exemplares estavam danificados, o que prejudicou a qualidade do material coletado, como pode-se perceber nas figuras dos jornais.

Considera-se que os objetivos estabelecidos para esta pesquisa foram alcançados, pois a partir desta pesquisa foi possível traçar um panorama geral da história da educação especial no município no período de 1997 a 2000.

Neste período pode-se identificar que a história da educação especial no município de São Carlos, como dito anteriormente, segue as tendências e diretrizes nacionais havendo poucas evidências sobre as ações e práticas do município que permitissem identificar com clareza a especificidade da educação especial municipal e, os ranços de concepções e ações atreladas ao modelo caritativo de atendimento às pessoas com pessoas com deficiência.

Outras duas pesquisas foram realizadas neste âmbito a fim de abranger um maior período temporal, até o final do ano de 2008, na qual as discussões e políticas de inclusão escolar passaram por diversas transformações, a nível nacional, estadual e municipal, através de uma trilogia de pesquisa realizada por pesquisadores do GP-FOREESP/UFSCar integrantes no Oneesp.

E novas pesquisas estão sendo conduzidas a fim de abranger os dez anos que antecederam o período analisado por esta pesquisa, até 1986, com o objetivo de investigar a história da educação no município nos anos que antecederam a LDB 9394/96 (BRASIL,

1996) e que vieram inaugurar com maior intensidade o debate sobre a educação inclusiva no país e no município.

Considera-se também, os procedimentos metodológicos aplicados a esta pesquisa, foram adequados e permitiram que os objetivos propostos fossem alcançados, podendo ser reaplicada em pesquisas futuras que objetivem reconstruir a história a partir de fontes documentais.

A metodologia de pesquisa historiográfica pressupõe a reconstrução da história não como se deu, mas a partir da realidade atual, assim a análise foi realizada, tendo em vista os seus desdobramentos no futuro. A fonte de dados utilizada permitiu uma nova perspectiva da história da educação especial, que em suma, é narrada a partir de fontes, documentos, oficiais. Essa nova perspectiva da história a partir de documentos não oficiais, permite uma nova visão sobre os fatos que compõe a história da educação especial municipal. Esta fonte, também se faz importante, pois consiste em um instrumento de formação de opinião pública, influenciando assim as concepções já existentes dos leitores.

REFERÊNCIAS

ACORDE. Nossa história. Disponível em: < http://acordesc.blogspot.com.br/2007/08/nossa-historia_08.html > Acesso em: 02 jun. 2013

APAE. **Sobre a APAE São Carlos.** Disponível em: <http://www.apaesc.org.br/arquivos/paginas.aspx?id=24> > Acesso em: 01 jun. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística:** contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. **Constituição Federal.** Brasília – DF. 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm >. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. **Resolução Nº 02/2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. 2001.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: < Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. > Acesso em: 26 set 2013.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1> Acesso em: 26 set 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial- Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

COZBY, P. C. **Métodos de Pesquisa em Ciência do Comportamento.** São Paulo: Atlas. 2003.

D'ANTINO, M. E. F. **A máscara e o rosto da instituição especializada**: marcas que o passado abriga e o presente esconde. São Paulo: Memnon, 1998. 146p.

FENELON, D. Pesquisa em história: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, I. **Metodologia de pesquisa educacional**. 4 ed. São Paulo: Cortez. 1997. p. 117-137

GARCIA, R. M. C; MICHELS, M. H. A política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise de produção do Gt 15- Educação Especial da ANPED. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília. v. 17, p. 105-124, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354890# >. Acesso em: 09 jun. 2013

JANNUZZI, G. M. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, M. C. **História Social da Infância no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 187- 228.

_____. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3 ed. Campinas, Autores Associados, 2012. 211 p. (Coleção educação contemporânea).

JANNUZZI, G. M.; CAIADO, K. R. M. **APAE**:1954 a 2011 algumas reflexões. Campinas: Autores Associados, 2013. 72 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 104).

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. In: VI SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, nº 6.; 2011, Nova Almeida. **Anais do VI Seminário em Educação Especial**. p. 1- 19

LIMA, S. R.; MENDES, E. G. **Políticas nacionais para a educação das pessoas com deficiência**. Disponível em: <
http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC22.pdf >. Acesso em: 08 set. 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, L. S. **Educação Especial no estado de São Paulo**: análise documental do período de 1989 a 2010. 2012, 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MAZZOTTA, M. J. S. História da Educação Especial no Brasil. In: **Temas em Educação Especial**, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, vol. 1, pp. 106-107, 1990.

_____. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**, 5.a ed., São Paulo, Cortez Editora, 2005.

MENDES, E. G. Reconstruindo a concepção de deficiência na formação de recursos humanos em Educação Especial. In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O.

(Org). **Perspectivas multidisciplinares em educação especial II**. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 53-64.

_____. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Marília. v. 11, p. 387-405, 2006.

_____. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**. v. 22, n. 57, p. 93-109, maio/ago 2010.

_____. Tramas entre deficiência, Estado e educação: algumas reflexões a partir do contexto Francês. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6702--Int.pdf>> .Acesso em: 26 out. 2010.

MOREIRA, M.F.A. **O diretito à Educação Especial na ação do poder legislativo de São Carlos: 1979 a 1998**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. 109 p.1999.

NUMBERG, A. H. Contribuições de Vigostki para a educação de pessoas com deficiência visual. *Psicol. estud.* [online], v. 13, n. 2, pp 307- 316. 2008

OLIVEIRA, A. C. J. **A participação popular e o clientelismo em São Carlos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado de São Paulo, 1998.1998

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001.

RODRIGUES, J. H. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2º ed. v. 20. São Paulo: Companhia Editorial Nacional. 1969.

ROMERO, A. P. H.; NOMA, A. K. Educação especial brasileira pós 1990: políticas estatal e reforma educacional. **Revista histerdbr on-line**. Campinas, n. 16, p. 97-112, dez. 2004.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. de, GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano 1, v. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal de São Carlos: **História do município**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/historia-da-cidade/115269-historia-de-sao-carlos.html>> Acesso em: 09/06/2013

SOUZA, D. B. FARIA, L. M. F. Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: A gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Avaliação políticas públicas e educação**. [online] v.12, n. 45, p. 925-944, out/dez. 2004.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**.1990. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 10 de mar. 2013.